

019ª SESSÃO ORDINÁRIA - 19MAR2012

(Texto com revisão final.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 1ª à 9ª Sessão Ordinária. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O SR. PROFESSOR GARCIA (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após, retornamos à ordem normal. Aproveito também este momento para solicitar um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Ieda Goulart, irmã da jornalista Sandra Goulart, nossa funcionária na Câmara há muitos anos.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Geraldo Alves de Almeida, ex-atleta, nosso amigo, jogador de futebol, que faleceu na sexta-feira.

O SR. LUIZ BRAZ (Requerimento): Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Deputado Ruy Pauletti, que ocorreu ontem.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. DJ CASSIÁ (Requerimento): Ver.^a Fernanda, nossa Secretária, presidindo os trabalhos nesta tarde, proponho às Lideranças e à Mesa que, depois das homenagens, nós possamos entrar na Ordem do Dia. Faço este Requerimento para que se possa avançar na apreciação dos Vetos que estão trancando a pauta. Para tanto, quero pedir a colaboração da Mesa e das

Lideranças, sempre respeitando o pedido dos Líderes e das suas Bancadas. Essa é a minha proposição.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. DJ Cassiá. Assim que encerrar o período de Comunicações, a Mesa propõe que se discuta o Requerimento do Ver. DJ Cassiá.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Professor Garcia, solicitando inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 60º aniversário do Colégio Salesiano Dom Bosco e do cinquentenário da Paróquia Dom Bosco, nos termos do Requerimento nº 018/12, de autoria do Ver. Professor Garcia.

Convidamos para compor a Mesa: o Padre Marcos Sandrini, Diretor-Geral do Colégio Dom Bosco; a Sra. Cleci Maria Jurach, Secretária Municipal de Educação, representando o Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati; o Padre Lino Fistarol, Diretor do Colégio Dom Bosco; o Sr. Milton Léo Gehrke, representante do Sinepe.

Cumprimento todos que vieram prestigiar este momento, as crianças, os professores e a comunidade do Colégio Salesiano Dom Bosco.

O Ver. Professor Garcia, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; prezado Padre Marcos Sandrini, Diretor-Geral do Colégio Dom Bosco – saudando o senhor, saúdo os representantes da Associação de Pais e Mestres, professores, funcionários e alunos aqui presentes do colégio Dom

Bosco; prezado Padre Lino Fistarol, Diretor do Colégio Dom Bosco; Sra. Cleci Maria Jurach, Secretária Municipal de Educação; Sr. Milton Léo Gehrke, representante do Sinepe/RS. Quero dizer da nossa alegria de, hoje, coincidentemente – mas as coincidências fazem parte, sempre têm um destino –, fazer esta homenagem ao Colégio Dom Bosco, justamente no dia 19, dia em que foi fundada a escola, há 60 anos, em 1952, no dia de São José Operário.

Vou falar, rapidamente, um pouco da Paróquia São João Bosco, que foi criada em 23 de setembro de 1962 e confiada aos salesianos de Dom Bosco por meio de um decreto do Arcebispo Metropolitano Dom Vicente Scherer. Mais recentemente, em 15 de agosto de 2009, foi aberto solenemente o Triênio de Ouro (2009-2012), que está preparando, para este ano, em setembro, a celebração dos 50 anos da criação da Paróquia. Sempre cabe ao Vereador proponente contar um pouco da história, é a nossa praxe, mas vou falar pouco, porque sei que o Diretor depois vai contar muito mais do que eu estou falando agora.

O Colégio Salesiano Dom Bosco de Porto Alegre faz parte de um imenso número de instituições da Congregação Salesiana, espalhadas por mais de 130 países. Nesse contexto, em 1942, o Padre José Mássimi, vindo de Rio Grande, chegou a Porto Alegre para dar início à educação salesiana. Em 1943, após conseguir com o Prefeito Loureiro da Silva – o Prefeito do Ver. João Antonio Dib, que sempre diz que ele foi o maior Prefeito – um terreno na Rua Eduardo Chartier, na época uma região pouco habitada, iniciou a construção da Casa do Pequeno Operário, nome inicial do Colégio Dom Bosco. Graças à sua tenacidade, à sua contínua preocupação com as crianças pobres, no dia 19 de março de 1952, a instituição foi inaugurada, de forma precária, por se achar ainda bastante incompleta. Mesmo assim, a casa entrou em funcionamento com 125 alunos matriculados; de 1952 a 1962, trabalharam apenas com curso primário; depois, a partir de 1963, houve a instalação do Ginásio Industrial. A partir de 1971, houve um novo marco: exames de admissão com a participação das mulheres, o que, até então, não havia. Em 1972, com a reforma do ensino, a Casa Pequeno Operário continuou mantenedora, mas passou a chamar-se Colégio Dom Bosco. Mais adiante, em 1980, passou-se à profissionalização; em 1986, com a desativação do curso de

Secretariado, abriu-se o curso de Magistério. E, nestes últimos anos, após diversos anos de funcionamento apenas como semiprofissionalizante, o curso de Artes Gráficas começou a funcionar, em 2010, como Curso Técnico em Impressão Gráfica.

O Colégio Salesiano Dom Bosco é o resultado de muitos esforços, de trabalho, de educação, e consolida-se, cada vez mais, na sua proposta educativa, reafirmando o seu jeito de ser escola.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Garcia. Nós, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, especialmente do Ver. Comassetto e do Ver. Adeli, que aqui se encontram neste momento, gostaríamos de nos somar às homenagens a esse colégio e a essa paróquia, porque nós sabemos da sua tradição, da ousadia, da qualidade, da ligação e da sua fé – na verdade, a obra que traduz a fé cultivada na comunidade. O senhor sabe que esse tipo de homenagem sempre terá aqui adeptos, porque há carências na educação, e sem escola não há escolha. Longa vida ao Colégio Dom Bosco, que ele continue influenciando na educação, formando muitos jovens, muito humanos, e que ajude a transformar a vida. Parabéns.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Garcia, o senhor não poderia ter sido mais feliz ao propor esta homenagem ao Colégio Dom Bosco e à Paróquia Dom Bosco. Eu sou paroquiano, sou vizinho da Paróquia, é a minha Paróquia, e a minha filha, Carolina, estudou lá também. E eu, juntamente com o Padre Marcos, fizemos um esforço enorme, há poucos anos, para que o nosso Colégio Dom Bosco tivesse a Faculdade Dom Bosco também. Então, é um conglomerado de ensino, de religião – da minha religião, da nossa –, mas é um conglomerado que toda a comunidade daquela região – de Higienópolis, Passo D'Areia; toda a região da Cidade tem muito orgulho e tem muito a ajudar também. A nossa comunidade certamente precisa ajudar mais tanto a igreja quanto o colégio, a faculdade, com sua participação.

Parabéns pelo trabalho, de que nós temos muito orgulho. A Bancada do PMDB, composta por mim, Idenir Cecchim, e pelos Vereadores Professor Garcia, Pancinha, Sebastião Melo, Dr. Raul e Haroldo de Souza, queremos dizer que o colégio, a instituição Dom Bosco, pode contar conosco.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Obrigado, Vereador.

O Sr. Elói Guimarães: V. Exa. permite um aparte?

O SR. PROFESSOR GARCIA: Ouçamos o Ver. Elói Guimarães, também morador da região.

O Sr. Elói Guimarães: Nós queremos aqui, Ver. Professor Garcia, em nome do PTB, dos integrantes da Bancada – o Brasinha, o Nilo, o DJ Cassiá –, trazer a nossa homenagem, porque amanhã, em um futuro próximo, quando o historiador escrever a história de Porto Alegre, escrever a história da Zona Norte, ele terá que se debruçar sobre a obra eclesiástica, sobre a obra educacional de Dom Bosco, criando e interagindo na Zona Norte de Porto Alegre. A Zona Norte de Porto Alegre não teria o perfil que tem não fosse essa instituição, tanto a escola quanto a igreja. Portanto, fica aqui a nossa saudação, a nossa homenagem e de toda a comunidade a essas grandes instituições, a escola e a igreja. Obrigado, Vereador.

O Sr. Toni Proença: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Professor Garcia. Eu quero saudar a oportunidade e a felicidade da sua homenagem, saudar a Escola Dom Bosco; a nossa Secretária de Educação, Cleci Jurach, que aqui representa a Prefeitura, e, mais do que isso, representa a Educação de Porto Alegre. Quero saudar a Paróquia; a nossa Presidente, Fernanda Melchionna, e quero dizer que todos aqueles que dedicam a sua vida à educação merecem a nossa homenagem, não só no dia em que comemoram o aniversário, mas em todos os dias do ano. Parabéns ao Dom Bosco, parabéns à Paróquia, longa vida ao Dom Bosco.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Obrigado, Ver. Toni Proença.

O Sr. Mario Manfro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Professor Garcia, pelo aparte. Em meu nome e no do Ver. Luiz Braz, em nome do PSDB, gostaríamos de nos somar a esta justa homenagem e dizer que sou testemunha da excelência do colégio. Eu tive o prazer de meus dois filhos, o Igor e a Ísis, terem estudado no Colégio Dom Bosco.

Parabéns, Ver. Professor Garcia; parabéns ao Colégio Dom Bosco e à Paróquia, e que tenham muito sucesso, como tiveram até agora. Obrigado.

O Sr. Dr. Thiago Duarte: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Parabéns, Ver. Professor Garcia, por essa proposição, e, efetivamente, esta homenagem não poderia ser mais apropriada. Sempre que a gente pode, aqui na Casa do Povo, prestar homenagem em educação, isso realmente sensibiliza todos e faz com que possamos cada vez ter mais esperança de uma sociedade melhor. Eu tive oportunidade de estudar numa escola marista, e, nas práticas esportivas, sempre a oposição ao Rosário era o Dom Bosco. Eu tenho diversos amigos que estudaram no Colégio Dom Bosco, e lá a formação é realmente muito retilínea, forma o indivíduo efetivamente para a vida. Parabéns! Parabéns também à Secretária da Educação, pelo evento de sexta-feira, o primeiro pré-vestibular popular. Parabéns, Secretária, parabéns ao Prefeito, parabéns, Professor Garcia! Muito obrigado.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ilustre Professor Garcia, quero, inicialmente cumprimentá-lo pela importante homenagem feita aqui à Paróquia Dom Bosco e ao Colégio Salesiano Dom Bosco, e eu incluo também, pelos 10 anos de fundação, a Faculdade Dom Bosco. Quero cumprimentar o Padre Marcos Sandrini, a nossa querida Secretária Cleci Jurach, o Padre Lino Fistarol, que é Diretor do Colégio Dom Bosco, e o Sr. Milton Léo Gehrke, representante do Sinepe/RS. Quero, mais uma vez, salientar, Ver. Professor Garcia, a importância da Igreja na área da Educação, na área da formação cristã, na área Social e na área da Saúde.

Eu vivo dizendo aqui, nesta Casa, que, se retirassem a Igreja dessas áreas, pouco sobraria, Ver. Garcia. É por isso que hoje essas instituições estão de plenos parabéns. Parabéns pelos 50 anos da Paróquia Dom Bosco, dirigida pelo Padre Márcio, parabéns ao Colégio Salesiano Dom Bosco e também pelos dez anos da nossa querida Faculdade Dom Bosco, a cuja inauguração tive a honra de ir. Parabéns, Padre Marcos; parabéns aos paroquianos e aos alunos que aqui estão prestigiando a sua homenagem, Ver. Professor Garcia. Meus cumprimentos e vida longa às instituições de Dom Bosco!

O SR. PROFESSOR GARCIA: Muito obrigado, ressaltando que esta homenagem é da Câmara, da cidade de Porto Alegre, por aqueles que tantos serviços prestam à nossa Cidade.

Para finalizar, quero ressaltar que, neste ano, a Casa do Pequeno Operário comemora 60 anos de existência; é a parte da história da presença dos salesianos em Porto Alegre que deverá impulsionar ainda mais o carisma de Dom Bosco entre a juventude.

Parabéns à Direção da escola, parabéns àqueles alunos que, cada vez mais, estão se preparando para sua formação, para serem realmente verdadeiros cidadãos, e é isto que nós buscamos na essência: a formação do bem comum e a excelência do ser humano. Parabéns à escola! Muito obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Professor Garcia, que foi o proponente desta homenagem e que foi o escolhido pelos Vereadores para falar em nome de todos.

Convidamos o Ver. Professor Garcia para fazer a entrega dos Diplomas alusivos ao evento.

(Procede-se à entrega dos Diplomas.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Padre Lino Fistarol, Diretor do Colégio Dom Bosco, está com a palavra.

O SR. LINO FISTAROL: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Colégio Dom Bosco de Porto Alegre está comemorando hoje 60 anos. É uma data muito festiva para nós, para a nossa comunidade educativa, pois ela representa a consolidação de um projeto educativo iniciado na Itália por São João Bosco em meados do século XIX e utilizado em todas as presenças salesianas nos 132 países onde os salesianos se encontram.

É um projeto que tem como princípio três palavras muito fortes no campo da educação: acolhida, razão e espiritualidade. Com isso, Dom Bosco queria dizer que, para bem educar, é preciso acolher o educando, mostrar-lhe valores que dão sentido à sua existência, e que o educando entenda a razão de ser daquilo que tem que fazer – é o que caracteriza o Sistema Preventivo de Dom Bosco.

É um método que procura desenvolver o educando dentro das dimensões biopsicossociais. Isso quer dizer que o educando deve ser visto numa globalidade, pois, se alguma dimensão não for bem desenvolvida, o processo educativo não estará perfeito. É muito triste vermos profissionais tecnicamente capazes, mas muitos deles sem uma perspectiva humana naquilo que fazem, ou vermos pessoas muito inteligentes utilizando sua inteligência para a exploração, para a busca de vantagens e para descobrir meios que venham em seu próprio benefício. Se conseguirmos desenvolver bem no educando as dimensões da afetividade, da aprendizagem, da espiritualidade e da cidadania estaremos, com certeza, criando um jovem feliz.

É um método educativo com uma perspectiva otimista em relação ao educando. O educador salesiano olha para o educando sempre na perspectiva de que pode melhorar, incentiva-o a acreditar nas suas potencialidades e o motiva a ver e a sentir possibilidades de mudança, de crescimento e de superação. Que jovem otimista podemos ver quando ele consegue descobrir sua própria identidade!

É ainda um método que leva o educando a desenvolver uma consciência social no sentido de fazê-lo olhar não somente para si mesmo, numa atitude narcisista, mas de olhar para o contorno, a fim de que possa transformá-lo e melhorá-lo continuamente. Uma sociedade tão injusta como a nossa, onde nem todos podem ter possibilidade de crescimento e de ter boas condições de vida,

só será mudada se nela houver cidadãos que consigam enxergar de maneira diferente os problemas e lutem pela inclusão daqueles que estão à margem dos benefícios sociais que por direito todos têm. A perspectiva salesiana de educar tem como horizonte transformar o educando num cidadão engajado, participativo, solidário e buscando uma dimensão transcendental naquilo que faz.

É um método que ajuda o educando a assumir o desafio de ser protagonista de sua própria formação, com senso crítico, numa perspectiva social e fazendo do conhecimento uma ferramenta de apoio às suas expectativas; um protagonismo que leva o educando a desenvolver suas capacidades, suas habilidades e seu conhecimento.

Foi com esta visão que o Padre José Mássimi, com quase 60 anos de idade, aportou em Porto Alegre, vindo da cidade de Rio Grande, onde havia terminado de construir o Liceu Salesiano Leão XIII, nos idos de 1942, iniciando aqui a presença salesiana. Na chegada, um menino jornalista lhe pede uma esmola. Padre Mássimi atende o pedido e enxerga, naquela criança, o caminho por onde poderá iniciar o trabalho. Disse: “Essas crianças precisam de um local de acolhida”. Assim, trabalhando diuturnamente, organiza a Casa do Pequeno Jornaleiro. Passado algum tempo, entrega a Casa do Pequeno Jornaleiro a outra instituição e pensa em construir uma outra instituição, agora na Zona Norte da Cidade, com o objetivo de atender crianças e jovens desassistidos.

Inúmeros desafios: aquisição do terreno, projetos estruturais, construção do prédio, transporte de materiais, atrair pessoas para a causa pela qual estava trabalhando, buscar benfeitores, convencer as autoridades públicas. Nada foi fácil. Porém, nada o fazia desanimar. O objetivo de construir um local para atender crianças pobres ia se concretizando. Assim, no dia 19 de março de 1952, "sem janelas e portas", como diz a crônica da época, abria oficialmente a instituição com que tanto sonhara, matriculando, como primeiro aluno, Waldir Guites Lima.

Com o passar dos anos, a presença salesiana foi se firmando cada vez mais. O atendimento pastoral se ampliou com a criação das Paróquias São João Bosco e São Manoel, e a educação básica se fortaleceu com a inauguração do Colégio São Manoel. No início dos anos 2000, mais um passo significativo foi dado, ao se

organizar a Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, onde dezenas de jovens trabalhadores podem concretizar – hoje, em número de 820 – seu sonho de cursar uma faculdade. No início dos anos 1990, criou-se o Lar Dom Bosco – atualmente na Rua Duque de Caxias; criou-se uma obra social, cujo objetivo é acolher meninos e meninas em situação de vulnerabilidade.

Hoje, a presença dos salesianos, através da Casa do Pequeno Operário, mantenedora do Colégio Dom Bosco, completa 60 anos. Queremos, neste momento, agradecer: a Deus, pela graça da vida e pela proteção dada aos salesianos e aos educadores durante esses sessenta anos; ao Padre Mássimi, pela coragem e pela visão de futuro que teve ao construir essa instituição, que tanto bem fez e faz aos jovens que a procuram; aos inúmeros benfeitores, a maioria desconhecidos, sem os quais o Padre Mássimi não teria podido fazer o que fez; àquelas autoridades públicas que nos atenderam, desde o início, e àquelas que hoje que estão nos apoiando; aos educadores leigos, que, abraçando o ideal salesiano, contribuíram profundamente para o fortalecimento da educação salesiana em Porto Alegre; aos pais, que acreditaram e acreditam na proposta educativa salesiana, colocando seus filhos na nossa instituição; ao Professor Garcia, Vereador desta Cidade, que, vendo o belíssimo trabalho feito pelos salesianos, propôs a esta Casa tão nobre que lhe fosse feita uma homenagem no dia de hoje, ao completar 60 anos.

Sessenta anos de história devem ser comemorados. O passado tem significado se conseguir dar condições para criar diretrizes para o futuro. Deve, também, ser motivo para alimentar os novos desafios que a educação constantemente coloca em nossas mãos. Estamos preparados para assumi-los e dar-lhes as respostas que necessitam.

Acreditamos que não decepcionaremos os salesianos e seus colaboradores, que souberam trazer, até a data de hoje, esse projeto educativo. Queremos levá-lo avante. Queremos fortificar cada vez mais a marca "Dom Bosco" em Porto Alegre, nesta cidade que acolheu o Padre Mássimi e que nesta semana completa 240 anos.

Queremos ser, a exemplo de todos os salesianos, sinais de vida, sinais significativos, sinais de possibilidade para todos os jovens que nos procuram. Eles continuarão a ser o motivo principal de nossa existência, assim como o foi para o

Padre Mássimi e demais salesianos que iniciaram suas atividades há 60 anos. Queremos, com o nosso trabalho, participar ativamente na vida de Porto Alegre. Queremos contribuir, com o nosso projeto educativo, para a construção de uma cidade onde se fortificam as relações de solidariedade, de respeito, de paz e de alegria.

Que Deus nos abençoe e abençoe nossos projetos. Que Nossa Senhora Auxiliadora, inspiradora de Dom Bosco ao cuidado dos jovens, e que o próprio Dom Bosco, nosso Pai e Mestre, protejam a nossa obra e a nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada ao Padre Lino.

Queremos registrar a presença em plenário do Ver. Valter Nagelstein, Secretário Municipal da Indústria e Comércio.

Suspendemos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h53min.)

A SRA. PRESIDENTA (Fernanda Melchionna): (14h56min) Estão reabertos os trabalhos da presente Sessão.

O SR. NILO SANTOS: Sra. Presidente, Ver. Fernanda Melchionna, eu apenas gostaria de aproveitar a oportunidade de estar aqui conosco a Sra. Cleci, Secretária da Educação, para fazer um agradecimento pela forma como a Secretaria de Educação tem recebido e atendido todos os Vereadores desta Casa. Então, faço este agradecimento a ela, que vem se destacando e se tornando uma das melhores Secretárias deste Município.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna, esse tema que foi sugerido aqui foi amplamente discutido hoje na Reunião de Mesa e saiu de lá sem acordo das Lideranças. Portanto, como já

se iniciou o período de Comunicações, creio que temos que terminá-lo. Pelo menos o Regimento diz isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Solicito aos Srs. Líderes de Bancada que se aproximem da Mesa, para que possamos conversar sobre a ordem os trabalhos. (Pausa.)

Como não houve acordo entre as Lideranças, manteremos as inscrições em Comunicações, mas precedidas pelas Comunicações de Líder.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Exma. Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na próxima sexta-feira, completar-se-ão 41 anos desde a primeira vez que usei a tribuna da Câmara como Vereador. Ao longo desses 41 anos, eu votei, muitas vezes, muitas moções. Sempre votei as moções de apoio e sempre me neguei a votar moções de repúdio, com exceção de uma única vez: foi numa moção apresentada pelos Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, que repudiavam a construtora Andrade Gutierrez. Eu o fiz com muita consciência, porque a construtora Andrade Gutierrez prejudicou a cidade de Porto Alegre, prejudicou o Estado do Rio Grande do Sul; no ano que vem, não vamos ter aqui a Copa das Confederações porque a construtora Andrade Gutierrez manobrou de todas as formas e não cumpriu o compromisso a que se propôs. Hoje, com muita gala, com muito alarde, com muito entusiasmo, anunciou-se a assinatura do contrato com a Andrade Gutierrez.

O Ver. João Dib, Líder da Bancada do PP, está lembrando o que diz a mensagem do Prefeito Fogaça na Exposição de Motivos: “De outra banda, os Estados onde os jogos serão realizados também possuem especificações técnicas a serem atendidas e deverão estar prontas antes da realização da Copa do Mundo de 2014. No caso de Porto Alegre, o Estádio Beira-Rio, embora pré-selecionado, necessita de algumas adaptações para poder ser sede da competição; entre elas, a melhora de sua acessibilidade e da capacidade de estacionamento, dentre outras” – capacidade de estacionamento!

O art. 2º da Lei diz (Lê.): “O imóvel descrito no art. 1º desta Lei será utilizado pelo Sport Club Internacional de forma complementar ao Estádio José Pinheiro Borda [de forma complementar] (Estádio Beira-Rio) e às demais instalações do Parque Gigante, visando a otimizar e a qualificar as atividades esportivas, sociais e culturais por ele desenvolvidas no local, bem como ao atendimento à comunidade com programas e com projetos de combate à vulnerabilidade social. § 1º: O concessionário utilizará o imóvel exclusivamente para a consecução de sua missão e de seus objetivos sociais, constantes em seu Estatuto, bem como para desenvolver o esporte e a inclusão social. § 2º: Os estacionamentos e demais equipamentos de acessibilidade do complexo do Estádio Beira-Rio que venham a ser instalados no próprio municipal deverão, mesmo que onerosamente, ser franqueados ao público em geral”.

E o que ouvi nas rádios desta Cidade, antes da assinatura gloriosa na data de hoje, é que a Andrade Gutierrez quer duas torres com fins comerciais. E as torres com fins comerciais farão geração de trânsito, geração de tráfego, montanhas de automóveis que não terão onde estacionar.

Então, quero deixar bem claro: eu vou sair da Casa no fim do ano, mas eu vou ficar cuidando. Se fizerem alguma alteração no sentido de construir conjuntos comerciais naquela área, eu acho que a população porto-alegrense foi fraudada por uma empresa que recebeu o repúdio desta Casa, e por unanimidade. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. João Antonio Dib. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Ver.^a Fernanda Melchionna, que preside a Sessão de hoje; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, no dia de ontem, no programa Fantástico, da rede Globo, o Brasil inteiro, estarrecido, acompanhou uma matéria, realizada durante três meses, que denunciava, com muita propriedade e competência jornalística, Ver. Freitas, o que é o caos da corrupção na área da Saúde em todo Brasil.

A matéria do Fantástico, didática, bem explicada, coloca a descoberto uma chaga nacional. Ali aparecem empresários dos mais diversos matizes e áreas de atuação, desde a prestação de serviços na área da segurança e da vigilância, Ver.^a Fernanda Melchionna, passando também pela área da limpeza e chegando, em alguns aspectos, à própria finalidade última da área da Saúde! Mostrando como se estabelece a corrupção em todo o nosso País, em todas as esferas de Governo, desde as licitações manipuladas, armadas, orquestradas, até mesmo os percentuais de propina que cada empresário de cada área paga a cada servidor da área pública que os auxilia. Uma matéria de fôlego, importante e séria que mostra a que ponto chega a vocação mercantilista e fraudulenta de vários empresários nacionais em conluio com os servidores públicos da área da Saúde de todos os níveis.

Aquilo me chocou intensamente, e eu sei que a todos os senhores e senhoras, e eu sei que a todos que assistiram. Dizia o repórter: “Roubar da Saúde equivale a matar gente”. É verdade, é verdade! Mais do que isso, a matéria nos choca pela sua realidade brutal e cruel, porque aquilo é a verdade. E eu trago para nós aqui, Ver. Paulinho Rubem Berta, Ver. DJ Cassiá, aquela mesma realidade.

Nós tivemos, comprovadamente, em Porto Alegre, um escândalo de corrupção brutal protagonizado pelo Instituto Sollus e pela empresa Reação. Aqui, na Capital dos gaúchos, entre 2007 e 2009. E, desde o segundo semestre de 2009, Ver. Pancinha, nós queremos a apuração desses fatos; desde janeiro de 2010, nós lutamos pela instalação da CPI da corrupção na Saúde, e não temos tido sucesso. Mas a matéria de ontem, em todo o território nacional, mostrou o que de fato acontece, comprovando o que sempre digo nesta tribuna: não existe corrupção unilateral. A corrupção não é um assalto, é um negócio. Para alguém roubar fora, tem que alguém facilitar dentro.

Aquilo ali mostrou, Ver. Luiz Braz, o que é, de fato, essa chaga nacional, e, do meu ponto de vista, respeitando todas as opiniões, como é do nosso feitio, Ver.^a Fernanda Melchionna, eu entendo isso como uma matéria definitiva sob o ponto de vista da necessidade de uma apuração rigorosa do que houve na Saúde, em Porto Alegre, entre 2007 e 2009.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Pedro Ruas.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu ia conversar aqui da tribuna após as Comunicações, mas achei conveniente falar agora, até em razão do que falou o Ver. João Dib, que recentemente fez um pronunciamento. Eu, na condição de Presidente da Comissão Especial que trata da Copa 2014, necessariamente hoje preciso fazer uma manifestação.

Na Comissão da Copa, nós fizemos inúmeras reuniões, e vamos fazer outras. Nós tratamos de diferentes ações, de diversas questões. Nós tratamos, na última reunião, exatamente do caso Beira-Rio, da preocupação que se tinha: Beira-Rio e a Copa 2014. Para a Copa acontecer em Porto Alegre, duas ações são necessárias, e a primeira delas, claro, é o estádio de futebol. Claro que teríamos outros espaços, como a belíssima Arena do Grêmio. Acontece que, para modificarmos e chegarmos à Arena do Grêmio, necessitaríamos, no mínimo, de uma longa discussão, mais uma vez, com a FIFA, Ver. Tarciso, e correríamos perigo, teríamos dificuldades com isso. Eu disse isso lá na reunião da Comissão da Copa, fui o primeiro a falar, e diversas autoridades repetiram o que eu falei.

A Copa, em Porto Alegre, não é um negócio privado – talvez seja uma parcela privada, mas é uma questão de interesse do povo gaúcho, porto-alegrense. Nós, gaúchos e porto-alegrenses, queremos a Copa em Porto Alegre. Se nós, gaúchos e porto-alegrenses, na extraordinária maioria, queremos a Copa em Porto Alegre, então a questão é de interesse público. Se a questão é de interesse público, é uma questão de Estado.

Por isso, eu acredito que, hoje, com as preocupações do Ver. João Dib, que merece todo o nosso respeito e atenção, nós, de Porto Alegre, a Capital dos gaúchos, precisamos estar satisfeitos com o que ocorreu: finalmente um extraordinário e maior imbróglgio começa a tomar forma e tomar o caminho na direção certa da construção, da reforma do estádio. É de vibrar com a notícia!

Claro que temos lá as nossas preocupações; agora, a Copa do Mundo é o maior evento que acontece no mundo, e quem quiser pensar no progresso das nossas cidades, inclusive de Porto Alegre, precisa, sim, compreender que a Copa do Mundo traz para Porto Alegre uma série grande de obras que nós não possuiríamos se não tivéssemos a Copa. É o maior evento da Terra! É bom para Porto Alegre – bom para o aspecto econômico, claro, mas muito também para o social. Porto Alegre vai estar no centro das atenções do mundo inteiro. São 90 bilhões de acessos à Internet sobre a Copa. Portanto, nós estamos aí para fazer esse registro – claro, com as preocupações que requerem que estejamos atentos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUIZ BRAZ: Sra. Presidenta, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, Ver. Pedro Ruas, eu ouvi o pronunciamento de V. Exa, bem como o do Ver. João Dib e o do Ver. Ferronato. Acho que todos nós realmente temos que estar atentos com relação à corrupção. Ver. Pedro Ruas, acho que V. Exa., que está batendo nas CPIs, esqueceu-se de analisar perfeitamente o que está acontecendo com o contrato que está sendo assinado para as reformas do Beira-Rio.

Eu não estou entendendo bem o que está acontecendo, mas lembro que, se o Sport Club Internacional financiasse aquele projeto, o mesmo custaria R\$ 150 milhões para que a reforma ficasse totalmente pronta. Houve uma intervenção da Presidente da República e uma modificação de valores, porque, de acordo com as pressões que foram exercidas, a Andrade Gutierrez tinha que ser a empresa a realizar as reformas. E, para ser a Andrade Gutierrez, então o valor já subia para a cifra de R\$ 300 milhões, o que representa uma diferença de R\$ 150 milhões! A reforma custaria R\$ 150 milhões se fosse feita sob as expensas do Sport Club Internacional, que venderia o Beira-Rio e outras coisas mais de propriedade do clube. O clube iria financiar aquelas obras, e ficaria em R\$ 150 milhões. A reforma vai custar R\$ 300 milhões. Veja bem, um estádio como o do

Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, para que fique pronto, do início ao fim, vai custar R\$ 400 milhões. A reforma do Sport Club Internacional custará R\$ 300 milhões!

Quem é que vai reformar? A Andrade Gutierrez. Quem é essa empresa? A Andrade Gutierrez é a empresa que mais negócios tem com o Governo Federal. É a empresa que mais contratos tem com o Governo Federal! E a Presidente da República veio até aqui e fez todo o empenho para que a Andrade Gutierrez fosse realmente a empresa a assinar aquele contrato. Por quê? Meu Deus do céu, será que, nessa diferença de R\$ 150 milhões, não existe muita coisa para se discutir? Mas tudo fica fechado, porque é Copa do Mundo, é time de futebol, então não se pode colocar a mão.

Aí, o Ver. João Dib traz também uma coisa muito séria. Nós votamos aqui – foi uma discussão inclusive da qual o Partido de V. Exa. participou ativamente – que, naquela faixa de orla, não se possam fazer edifícios comerciais. Até se abriu a possibilidade de que aquele projeto anterior pudesse ser construído, mas eram apenas prédios comerciais, não podiam ser residenciais. O Ver. João Dib então não estava certo na ponderação que havia feito dizendo que, se a Andrade Gutierrez modificasse o projeto agora e construísse prédios comerciais, estaria, na verdade, vencendo essa barreira que nós impomos através do Plano Diretor. Não, o que V. Exas. discutiam era exatamente sobre a proibição de se construírem residências. Eu acho, com todo o respeito que tenho por V. Exas., que estavam errados, porque, na verdade, as residências protegeriam muito mais do que os comércios que lá pudessem se estabelecer, mas V. Exas. acharam que as residências é que iriam poluir o meio ambiente perto da orla.

Mas, em todo caso, nós temos que estar atentos nesta discussão. Eu gostaria que alguém pudesse me explicar é o porquê dessa diferença de R\$ 150 milhões – o que realmente deveria custar a obra do Beira-Rio – para R\$ 300 milhões só porque se trocou quem vai fazer a obra. Realmente, é de se querer estudar.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Apregoo pedido de Licença para Tratamento de Saúde da Ver.^a Maria Celeste no dia de hoje.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela televisão, público das galerias, eu queria falar um pouquinho sobre o Romário, sobre uma entrevista maravilhosa publicada na revista Veja sobre a CBF e sobre política também. Eu já era fã do Romário como jogador de futebol e sou fã dele agora como político, Ver. Pedro Ruas. Ele diz aqui, Ver. Pedro Ruas: “Eles não querem saber de nada” – eles lá em Brasília. (Mostra página da revista Veja.) Aqui embaixo, ele diz: “Para mim, não muda nada na CBF. Foi a troca de um por outro, pior”. Entrevista maravilhosa.

Quero parabenizar o Internacional, com todo o respeito, gremista que sou. É claro que tenho um respeito muito grande pelo Internacional, um dos nossos grandes clubes do mundo, também por esse feito de hoje, a assinatura do contrato, e por trazer a Copa do Mundo de 2014.

Mas não é só essa, Ver. Pedro Ruas, a minha preocupação. Espero que os holofotes não estejam dirigidos só ao Beira-Rio ou à Arena. Eu conversava com o Presidente do Grêmio e Deputado Paulo Odone a respeito da minha preocupação, que vai além do estádio: as periferias, os bairros. Nós temos demandas enormes dos bairros e das ilhas. Porque a Copa do Mundo não vai ser feita só no Beira-Rio. Durante a Copa do Mundo, receberemos inúmeros turistas, e eles irão querer conhecer Porto Alegre. O Beira-Rio é uma hora e meia; depois, nessas outras horas, eles vão querer ver Porto Alegre, que cidade do Brasil é esta no Sul do País.

Então é importante que nós estejamos atentos, Ver. Pedro Ruas e demais Vereadores, principalmente do meu Partido – o Ver. Tessaro, o Ver. Bernardino o nosso Deputado Federal Danrlei. Nós estamos preocupados! A minha preocupação e a do Danrlei é sobre as nossas periferias, que vão precisar de muitas obras. Sobre o entorno da Arena do Grêmio, eu conversava com o

Paulo Odone sobre aquelas famílias que estão ali. É fácil tirar aquelas famílias e levá-las para um canto onde eles não tenham dignidade. Isso é horrível. Porque eu trabalhei numa. Eles os tiraram e levaram sem dignidade nenhuma. Agora, sim, chegou a escola, chegou a creche.

Mas eu espero que, no ano de 2013, quando entraremos na contagem regressiva para a Copa do Mundo no Brasil, Porto Alegre seja o grande exemplo dessa Copa aqui no Brasil e que Porto Alegre não esconda os seus bairros e as suas ilhas, que são tão lindas e maravilhosas. Espero que todos nós – nossos Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores –, nos envolvamos nessa luta, para que possamos mostrar ao mundo um Rio Grande do Sul lindo, humano e digno de receber seus turistas, saindo orgulhosos e querendo voltar a Porto Alegre para turismo.

Então é isso, Presidente, essa é a minha grande preocupação. A minha preocupação é com o todo, é com quem não assistirá à Copa, Presidente, porque pouca gente terá acesso ao campo. Mesmo em Porto Alegre, poucos terão acesso ao campo, porque a Copa do Mundo, na verdade, é feita para os turistas. Que bom que esses turistas vêm conhecer Porto Alegre! Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Tarciso Flecha Negra.

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Carlos Todeschini.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, venho falar sobre o tema gestão da Cidade e sobre problemas que considero serem por falta de gestão. Na semana passada, obviamente, com a chuva excessiva que veio, manifestou-se um conjunto de problemas que agravaram situações já existentes, e trago aqui um tema que pedi para a nossa assessoria para debatermos nesta Casa.

Na região da Bom Jesus e Antonio de Carvalho, em toda aquele bacia, onde foi aprovado um grande projeto da Rossi – um belo projeto, e que seja bem-vindo para a cidade de Porto Alegre –, agora esse grande projeto tratou de um conjunto de contrapartidas para a Cidade. Essas contrapartidas foram tratadas, lá na SMAM, ainda quando o Ver. Beto Moesch era Secretário do Meio Ambiente; foi tratado lá no DEP, com o Secretário Ernesto; foi tratado lá na SPM, e assim por diante. Esse grande projeto aumentou a velocidade das águas, e essa galeria que passa ali no Jardim Ipê, prezado Ferronato – o senhor, que já foi Presidente do DEP –, ali há uma boca de lobo que se liga com essa galeria.

Se aquela água está inundando a Cidade, é porque a galeria é insuficiente para coletar as águas, que aumentaram o seu volume e a sua velocidade devido à impermeabilização da bacia superior. E isso foi assinado e aprovado por essas lideranças que eu citei aqui antes! Aí quem é que paga uma obra mal gerenciada? É a população!

Essa galeria já tinha ruído em 2009. Nós levamos essa demanda ao Executivo Municipal, e agora, com essa chuva que veio novamente, destruiu toda aquela comunidade ali do Ipê. Se não bastasse, aí está (Mostra foto.). Isso é uma galeria. Só que a galeria abaixo é de 40 anos atrás. Se foi feita toda uma obra acima – e, tecnicamente, está comprovado que aumentaria o volume de águas e a impermeabilização diminuiria –, como é que um gestor público, sem debater com a comunidade, sem ter transparência, aprova um projeto como esse, em que os prejuízos ficam para a Cidade?! Esse é o debate que queremos fazer nesta Casa. Porque não dá mais para os grandes projetos e as contrapartidas serem feitas dentro de quatro paredes, sem discutir com a comunidade e sem resolver os problemas das comunidades! Grandes obras são bem-vindas, desde que elas venham para construir a Cidade, e não só para dar ganho econômico.

Na sexta-feira, foi apresentado o projeto do Alphaville 2 para o Extremo-Sul. Pelo projeto, haveria 850 propriedades, mas, pela proposta, vai para 2.500 propriedades. Isso serão índices doados pela Prefeitura sem discussão com a Cidade e sem ganho para ela. E digo mais: essa comunidade aqui está em

área de risco. Estão aguardando a Defesa Civil desde a enchente até agora, e são casas em áreas de risco sem condições de permanência.

Então, eu apelo aqui ao Líder do Governo. Todos esses encaminhamentos foram feitos à Prefeitura, e as famílias continuam dentro das casas. Já caiu um banheiro, já caiu parte da casa. Será que, depois que morrerem, nós vamos lamentar, ou haverá um trabalho realmente efetivo de fiscalização, de proteção às famílias, com um planejamento que venha a qualificar a Cidade? Trago este debate porque é um tema de gestão pública municipal, sob nosso ponto de vista, muito aquém do necessário, em que há acordos feitos dentro de gabinetes, nas contrapartidas, sem transparência. Este caso, com a empresa Rossi, é um deles. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra em Comunicações.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhores que nos assistem nesta tarde; Ver. Comassetto, estava na minha Bancada ouvindo atentamente o seu pronunciamento. Os temas, nesta tarde, começaram com a questão da Copa, e o último pronunciamento foi o seu, em relação às dificuldades que esta Cidade tem.

Ver. Comassetto, o senhor imagine um Governo que arrecada impostos e mais impostos. Aqui, até para respirar se paga imposto; para sorrir se paga imposto, mas não se tem retorno em educação, não se tem retorno em moradia. Em saúde, nem se fala; se existe pena de morte neste País, está na Saúde pública. Agora, eu não consigo entender como é que se pode investir tanto na Copa – não tenho nada contra o esporte, pelo contrário, esporte é saúde, a Copa é importante –, já que, no meu entendimento, há outras coisas muito mais importantes que a Copa.

Para mim, mais importante é aquele cidadão que está morrendo na porta de um posto de saúde por falta de atendimento, mas o Governo está investindo

milhões e milhões de reais ou dólares, seja lá o que for, em estádios de futebol que se tornarão elefantes brancos. Para aqueles lados da Amazônia, por exemplo, que tradição tem o futebol lá? Quantos milhões vão ser investidos lá em campos de futebol? E o que vai acontecer depois? Ver. Comassetto, esse dinheiro que vai ser investido lá poderia estar sendo investido nessa situação que o senhor mostrou agora. O Governo Federal e o Governo Estadual poderiam estar investindo nessa situação mostrada pelo senhor.

Ver. Tarciso, por quem tenho um grande respeito, e eu admiro o esporte, eu acho que muito mais prioritário do que um estádio de futebol que depois não vai ser servir para mais nada é a saúde, é a educação lá na vila, que é onde se mais precisa. Fala-se tanto em *crack*, pois é, mas nada se faz para ter uma contrapartida; cultura, então, nem se fala, não se ouve ninguém falar em cultura! Agora, tem que salvar o jovem, tem que salvar a criança que hoje está sendo resgatada pelo tráfico. Não se faz nada para que essa criança seja protegida!

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Brevemente, Vereador, ilustrando o que V. Exa. está dizendo com dados da realidade: na África do Sul, as mesmas empresas contratadas para construir estádios hoje são contratadas para demoli-los, por falta de uso. As mesmas empresas!

O SR. DJ CASSIÁ: Muito obrigado. Está aqui o Ver. Pedro Ruas dando esta informação importante, Ver. Nilo Santos: as mesmas empresas que construíram os estádios de futebol na África do Sul são as que os estão derrubando.

Então, Ver. Ferronato, é importante a Copa? É importante. Mas eu quero saber o que a Copa vai dar em contrapartida e em benefício para aqueles que mais precisam. É isso que eu quero saber, é isso o que me interessa! Porque só vai aos jogos da Copa quem tiver dinheiro, quem não tiver dinheiro não vai!

E digo mais: vejam, cidadãos, o que é o poder! Está proibida por lei a venda de bebida alcoólica nos estádios de futebol, mas aí os membros da Fifa disseram: “Se não vender bebida nos estádios, não tem Copa”. Aí os nossos amigos lá

em cima responderam assim: “Quem manda aqui são os senhores”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Professor Garcia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Raul Torelly.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, a nossa Comissão, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, tem visitado as escolas, tanto as estaduais como as municipais – o Ver. DJ Cassiá tem ido às reuniões, assim como o Ver. Tarciso, a Ver.^a Sofia e o Ver. Haroldo de Souza. Na última semana, nós visitamos a Escola Estadual Rio Branco, e muitos poderiam dizer: “Uma escola estadual?! Mas o que a Câmara tem que ver com isso?”. Essa escola está em Porto Alegre, e nós recebemos inúmeras denúncias de pais, alunos e professores que não quiseram se identificar de que, na Escola Rio Branco, estavam faltando 13 professores.

Nessa visita, constatamos, realmente, a falta de professores naquela escola, e temos visto que outras escolas do Estado – e recém começou o ano letivo – também estão com falta de professores. Então, aqui vai a minha solicitação fraterna ao Professor José Clóvis, com quem militei por tantos anos. Fui, durante muitos anos, representante do CPERS-Sindicato no 38º Núcleo de Porto Alegre, eleito pelos meus colegas professores, e entendemos que é inadmissível começar um ano letivo com uma falta enorme de professores. E esse movimento está crescendo. Fomos buscar mais subsídios, e aqui uma outra preocupação de que não se fala nos últimos tempos.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Garcia. Eu quero dizer também, Ver. Garcia, que não só as escolas estaduais, como também as municipais estão precisando muito, pelas conversas que tive em todas que visitei, de segurança, pois as professoras têm que sair de dentro das salas de aula para abrir as correntes. Obrigado.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Esse é um outro tema. O tema da segurança é um assunto bem mais amplo, mas não é o foco que estou colocando. Eu estou colocando aqui, realmente, o problema número um, que é a falta de professores. Sem professor, tu podes até colocar segurança, que vai ser gerada violência, porque as crianças vão ficar ociosas! Muitas vezes, são enviadas para casa. Há direções que tentam, mas não conseguem ficar um turno inteiro sem aula!

Pasmem com um outro dado importante que eu quero trazer aqui: os professores da Rede Estadual estão completando 15 anos sem promoção - desde 1997, não são promovidos! E, agora, mais uma vez, o Governo do Estado quer mudar o Plano de Carreira, mas o CPERS, de forma correta, este é o meu entendimento, não tem que aceitar a mudança de Plano de Carreira! Agora, ao mesmo tempo...

(Aparte antirregimental do Ver. Adeli Sell.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Não tem, Ver. Adeli. Vamos fazer essa discussão, isso nos interessa, e aqui não estou legislando em causa própria, embora eu seja professor do Estado.

Mas eu quero lhe dizer que é um absurdo que, há 15 anos, não se promove um professor do Estado! Ora, um salário superdefasado, existe um plano de carreira, e não ter a possibilidade de assunção a outros planos, a outros níveis, isso realmente não se faz!

Então, o processo que eu vejo do Governo é esvaziar, ou seja, matar – eu vou usar este termo aqui –, realmente, a categoria à mingua. E, hoje, vai ser votada – e é por isso, também, que eu vim aqui –, na Assembleia, a questão do Magistério. E eu vejo que a oposição, de forma inteligente, vai votar a favor, para que pelo menos venha alguma coisa - são 23% -, mas quer garantir, sim, outras emendas para que passe. Não sei se vai passar, mas a ideia também é embretar, porque está na hora de o Governo vir e dizer por que veio. Até porque é um Governo que tem tradição com a Educação; o nosso Governador foi Ministro da Educação, assinou, desde o primeiro momento, a questão do

Plano Nacional, o piso, e agora está negando. Então, senhoras e senhores, queria fazer este relato. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Ilustre Presidente, ilustres colegas Vereadores, minha primeira manifestação – e efetivamente não poderia ser diferente – vem no sentido de apoiar as palavras proferidas aqui pelo Ver. Professor Garcia. E, sem dúvida nenhuma, quero render o nosso mais profundo apoio ao professorado estadual, tanto pela história trabalhista na Educação quanto na questão de colocar o homem, a mulher, o trabalhador como foco – e foco central – na questão do trabalho. Então, um profundo apoio ao Professor Garcia e à sua manifestação. Quero reiterar as palavras que eu disse aqui na semana passada e dizer que temos que ter alguns modelos em algumas áreas específicas. Eu acho que a Secretaria da Educação do Município de Porto Alegre, em que a gestora é a Professora Cleci Jurach, é realmente o modelo a ser seguido pela Secretaria Estadual da Educação.

Em segundo lugar, eu queria ler algumas manchetes de jornal que eu colhi: “Noite de pavor e trânsito parado.” “Temporal de pouco mais de dez minutos de duração causou engarrafamentos em vários pontos da Capital.” “Temporal faz dois mortos na Capital.” “Um jovem de 17 anos foi atingido por um painel luminoso, e um menino de 5 anos morreu afogado.” Ah... mas esperem aí! São notícias de 1998! Ah! são de 1998! Então, nós precisamos, efetivamente, lembrar a história a todos. Em 1998, era esse o estado da Cidade. E, atualmente, o estado é diferente. Ah! Mas, depois de 66 milímetros, demorou 30 minutos. Com a enormidade que choveu, demorou 30 minutos para escoar tudo. Pois é! Em 1998, não era essa a situação. Em 1998, chovia dez minutos e o caos na Cidade se instalava.

Quero dizer que temos que olhar muito para as áreas de risco, Ver. Dib. Ver. Beto Moesch, nós temos que olhar muito para as áreas de risco. E, por isso, nós não podemos estimular as invasões, porque senão vamos ter pessoas

submetidas a locais subumanos de moradia, e aí não podemos querer ir contra a natureza.

Então, é importante, Ver. Moesch, que possamos olhar com profundo critério para as Áreas Especiais de Interesse Social - com profundo critério -, e não transformá-las em área de interesse político.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Realmente, o senhor me fez lembrar que, numa época passada, numa grande chuva em Porto Alegre, na Av. Nilo Peçanha, que tem um riacho que passa pelo Country Club e sai lá no Carrefour, uma camionete foi arrastada e uma criança morreu. Isso naquela época! Vejam se hoje isso acontece na Av. Nilo ou embaixo do Viaduto Obirici! Hoje não existe mais alagamento. Mas precisamos lembrá-los disso, porque as pessoas esquecem fácil e rápido. É bom lembrar, para refrescar a memória deles.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: “Memoriol” é o remédio, Ver. Brasinha, que deveria ser prescrito com mais frequência.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, agradeço o aparte e a oportunidade, mas o senhor falou agora em AEIS. Nós temos lutado por isso, e foi feito um seminário nesta Casa quando da presidência do Ver. Pedro Ruas, buscando realizar as AEIS para cobrir as necessidades da população. Mas, infelizmente, quando a gente tenta fazer isso, há pessoas e assessorias que estão indo – por exemplo, para a Vila dos Herdeiros – para dizer que Fulano, Beltrano e Vereador tal não vão fazer nada, mas que elas, sim, vão fazer. Nós estamos trazendo para a CUTHAB essas pessoas para dar o seu depoimento e esclarecer isso, pois tem pessoas pensando em si próprias e não nas necessidades da população mais carente de Porto Alegre. As AEIS só vão acontecer para o uso da população quando o interesse político-partidário sair da frente.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Perfeito, Ver. Paulinho.

O Sr. Beto Moesch: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, parabéns pela manifestação. Gostaria apenas de colocar justamente esse problema histórico de Porto Alegre. Muitas áreas que são de preservação permanente por serem áreas de risco jamais poderiam ser transformadas em AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social - para que pessoas fossem ali regularizadas, porque isso não só vai contra a natureza, como vai contra a própria vida das pessoas que ali moram.

Nós temos aqui alguns Vereadores que falam de pessoas que estão morando em área de risco mas que, por outro lado, estimulam a invasão dessas próprias áreas de risco. Então, é um discurso totalmente paradoxal, e as pessoas precisam saber onde está este paradoxo, pois é muito fácil, por um lado, estimular a invasão, e, depois, exigir do Governo algo que é impossível de se fazer, que é dar garantia, segurança e qualidade de vida para as pessoas que habitam esses locais que seriam, em princípio, não habitáveis. Obrigado.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Muito obrigado, Ver. Beto Moesch. Eu lembro que, na reunião da Comissão de Saúde, falou-se, de forma exaustiva, sobre o Morro São Pedro. Ver. Mario Fraga, realmente se discutiu essa questão. Meu Presidente, eu peço Liderança para terminar a fala.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Então, eu quero seguir nesta tônica e poder efetivamente mostrar, no painel, uma fotografia. (Mostra fotografia.) Esta é a fotografia de hoje, Ver. Mario Fraga e Ver. Brasinha, o início do projeto da obra da Av. Edgar Pires de Castro. Esta é a foto do dia de hoje. Ali estão o Secretário Cássio e o Prefeito. É a assinatura do início do projeto da obra. Ver. Brasinha, vou puxar a orelha da assessoria, porque V. Exa. tinha que estar nesta foto, pois esteve lá. Não só V. Exa., mas os diversos Vereadores desta Casa, como a grande maioria dos Vereadores desta Casa, Vereadores de situação que, como a gente, trabalharam silenciosamente nesse processo.

Então, é uma obra importante para a Região Sul, Extremo-Sul da Cidade; é uma obra fundamental para a Restinga, e o Prefeito e o Secretário Cássio construíram esse processo, Ver. Beto Moesch – e isso dói –, em cima do Orçamento Participativo. Hoje em dia, o Orçamento Participativo desta Cidade não tem mais dono, é independente e, realmente, traz os efetivos problemas das comunidades. Com isso, podem construir, de forma despojada, Ver. Toni Proença – que fez um excelente trabalho –, o que efetivamente a Cidade precisa.

Então, essa obra, o início do projeto da obra, assinado hoje pelo Prefeito, é um exemplo claro de democracia participativa. Quero dizer que qualquer obra na Cidade, Ver. Beto Moesch, que não tiver o devido planejamento não é uma obra séria. E, como temos um Prefeito sério, precisamos, sim, ter, primeiro, o projeto. Qualquer um de nós ou qualquer outra pessoa que, de forma politqueira, vai à comunidade e diz que pode começar a obra não está sendo sério efetivamente com a comunidade, porque ela precisa de projeto, Ver. Alceu Brasinha.

E, para finalizar a fala, a outra foto, que poderia ser de hoje. (Mostra foto.) Esta eu vou ter que mostrar, como colorado. Esse, efetivamente, vai ser o estádio da Copa. Sem grenalização, mas, efetivamente, com a construção conjunta entre Governo do Estado e Governo Municipal. Então, nós colorados, hoje partimos, efetivamente, para um dia muito feliz. O Ver. Mauro Zacher estava lá representando todos os Vereadores. Foi uma cerimônia que tocou fundo, que calou fundo, Ver. João Pancinha, que também é muito colorado. Tocou fundo na alma de todos os colorados, nas lembranças de todo o povo colorado. Eu, que tive a oportunidade de, junto com Ver. João Pancinha, propor a homenagem pelo aniversário do Beira-Rio, hoje pude, efetivamente, participar daquela solenidade e pude, realmente, sentir toda a emoção, como torcedor, inclusive. O tempo em que mais me emocionei foi quando o meu cunhado, João Gabriel Demeneghi, foi goleiro do Sport Club Internacional. E, realmente, naquele momento, só os grandes colorados, só os colorados convictos permaneceram colorados. Mas, sem dúvida nenhuma, depois de uma fase ruim – que foram aqueles campeonatos, dois ou três campeonatos –, o Inter teve essa escalada toda, e, hoje, é um clube magnânimo, grande e que vai poder

sediar, para o bem de Porto Alegre, para o bem do Estado, grande parte da Copa Mundo. Parabéns, Inter! Parabéns, torcida colorada! Parabéns, Porto Alegre! Parabéns, Estado do Rio Grande do Sul! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elias Vidal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Elói Guimarães está com a palavra em Comunicações.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a par da euforia natural e importante com a assinatura de documentos, enfim, para a reforma do Estádio Beira-Rio, o Estádio do Internacional, eu pretendo fazer uma reflexão e fazer algumas afirmações acerca da Copa e de todas essas complexidades que o povo, evidentemente, vem vivenciando.

Evidentemente, o espetáculo é ao gosto da Nação, inquestionavelmente. Mas eu vou afirmar que o futebol, vejam, o espetáculo futebolístico é um subproduto da Copa – o futebol, o espetáculo é um subproduto da Copa. Por que é um subproduto da Copa? Porque tais são as exigências da FIFA, tal é o número de exigências no campo da construção de obras e principalmente de estádios, que o que está em jogo são negócios, são grandes negócios. Em Campo Grande – estou falando do conjunto – se faz um estádio, e lá não se disputa futebol de 1ª Divisão.

Eu não conheço a África do Sul, mas tenho dados, informações, fotografias, etc. Os que conheceram a África do Sul o que nos dizem? Que, na África do Sul, há um cemitério de estádios de futebol. Um cemitério de estádios de futebol! Evidentemente, todas as obras que se haverá de fazer no nosso Município são importantes, extremamente importantes, e são obras que independem, Ver. Haroldo de Souza, da Copa do Mundo: é ampliação de avenidas, áreas de circulação, etc. Mas esta é a verdade: tais são as exigências – tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, tem que fazer aquele outro –, que o futebol, o espetáculo em si é subproduto, ele não é o fim. Ademais, a FIFA domina todo o aspecto mercadológico da Copa, a ponto de

ela invadir as nossas prerrogativas, diríamos até constitucionais, de conceber procedimentos, como a questão do álcool nos estádios – até nisso fomos obrigados a ceder. Então, é bom que se dê a dimensão que o fato tem.

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito brevemente, apenas para lhe dizer que concordo com o conteúdo do seu pronunciamento. Na África do Sul, constatado o cemitério de estádios inúteis, começou em 2010, na verdade no início de 2011, a demolição de vários desses estádios. Essa situação é muito grave e projeta o que pode acontecer no nosso País, em algumas regiões.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sou grato a Vossa Excelência. Esse é um debate que precisa de mais tempo.

Os clubes passarão a ter configurações institucionais diferentes, tanto o Internacional quanto o Grêmio, porque se criarão empresas que dominarão os clubes. Será Grêmio Futebol OAS e Internacional Andrade Gutierrez. Nada contra, mas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Está encerrado o período de Comunicações.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em nome do meu Partido, em primeiro lugar, preciso e quero afirmar: não transformem a AEIS em culpada pelos problemas de alagamento, um dos problemas ambientais na cidade de Porto Alegre. Ao contrário, a AEIS é um instrumento de luta da população para garantia do uso da terra, Ver. Dr. Thiago, para moradia, para que se acelere a luta de muitos, comunidades de 40, 50 anos que não obtiveram regularização fundiária, e para que não sejam ameaçadas de ter que sair do seu lugar para dar lado à especulação imobiliária, por exemplo.

Argumenta-se muito que as pessoas estão em áreas de risco, mas querem construir edifícios e vender apartamentos chiques nesses lugares centrais, não é, Ver. João Antonio Dib? Nós temos que trabalhar muito bem com a AEIS. E precisamos ampliar, Ver. Comassetto, o que é sua pauta constante, a oferta de moradia popular digna nesta Cidade, porque a demanda é imensa e, sem moradia, não há dignidade, não há cidadania.

Mas quero falar de um tema candente neste Estado. Espero que não se reduza a isso o grande debate educacional, mas é um debate importante, que é o tema do piso, dos salários, das progressões.

O Ver. Professor Garcia provocava aqui, e eu respondo. E pergunto a ele, que é do PMDB – portanto, do Governo Rigotto, da Governadora Yeda –, se há comparativo possível de fazer quando uma categoria conquista, em quatro anos, 76% de reajuste – 50% acima da inflação do período. Isso não tem comparação com a história de luta dos professores estaduais, que acamparam por 96 dias na praça, que lutam todo o ano e que só conseguiram, nesses Governos que passaram, mal e mal repor a inflação.

Portanto, isso, um bilhão e tanto a mais, de um ano para o outro na Educação, essa é a marca que o Governo Tarso está trazendo para o Estado do Rio Grande do Sul, o que não é suficiente, é verdade. Não é suficiente diante da história de pauperização, de autoritarismo e de indignidade a que foram submetidos os professores estaduais no último período, inclusive com imposição do Saers, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar, com proposta, sim – isso sim, Professor Garcia –, com um Projeto na Assembleia Legislativa para criar a meritocracia e mudar a carreira que foi barrado pela mobilização dos professores. Plano de Carreira esse que o nosso Governo está honrando, não só dizendo que não mexe no plano, não só dando reajuste, aproximando-se aceleradamente do piso, mas já aplicando os 30% de espaço de formação, de reunião dos professores, que é um dos artigos da Lei do Piso, que já está sendo organizado nas escolas pelo Estado inteiro.

O Governo valoriza o profissional da Educação, fazendo concurso público; o Governo anterior, que o Ver. Garcia e o seu Partido compunham, anulou o concurso público e expandiu e usou a varrer o contrato temporário, precarizando a relação de trabalho, tornando instáveis os grupos das escolas,

porque o contrato é de quatro horas; tu contratas o professor para dar quatro horas, para dar oito horas, só o horário de aula, e ele pipoca de uma escola para outra, não tem como fazer reunião, não tem como se envolver com o grupo.

Mais de 20.000 contratos temporários – essa é a realidade do Estado do Rio Grande do Sul –, e há um concurso em andamento para a nomeação de quadros permanentes. É bem verdade, outra forma de achatar salários dos professores foi represar a progressão da carreira, e nós pagamos, no ano passado, já a progressão do ano de 2002 ou 2001, que estava represada.

Então, é uma mudança de quadro importante na Educação no Estado do Rio Grande do Sul. Há uma intransigência que é inaceitável. Intransigência! Luta, combatividade, é importante; agora, há intransigência do CPERS-Sindicato, que sequer reivindica essas grandes vitórias. É uma pena, porque acho que a categoria tem que vibrar com essas conquistas do Governo que elegeu e que, de fato, está priorizando a educação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, Vereadores, Vereadoras, em primeiro lugar, eu gostaria de falar a respeito dos municipais da nossa Cidade, Ver. João Antonio Dib. Nós vivemos, em 2011, uma greve de oito dias do funcionalismo público municipal para garantir o mínimo, Ver. Pedro Ruas, meu colega do PSOL, que era a reposição da inflação, e mais um percentual que veio parcelado, além de duas conquistas que foram muito importantes para a categoria.

A primeira foi a equiparação do salário dos operários Padrão 2 e Padrão 3, que trabalham sob chuva e sol e que não ganhavam sequer o salário mínimo. Uma das conquistas daquela greve foi a inclusão do parágrafo único na Lei enviada pelo Executivo, fruto da mobilização dos trabalhadores, onde consta que o disposto no *caput*, sobre o salário mínimo nacional, terá aplicação sempre que houver alteração no valor do salário mínimo nacional. Foi uma conquista,

porque, infelizmente, a categoria vivia de abonos salariais, fruto também da sua mobilização, porque a Prefeitura era capaz de conviver com pessoas que ganhavam menos de um salário mínimo para fazer operações de rua, trabalho braçal, enquanto gastava R\$ 80 milhões com os Cargos em Comissão.

Mas, no dia 1º de janeiro deste ano, o salário mínimo nacional passou a R\$ 622,00. Nós estamos em março de 2012, Ver. João Antonio Dib – V. Exa. é Líder do Governo, por isso me dirijo a V. Exa. –, e até hoje o Padrão 2 ganha menos de um salário mínimo, R\$ 589,50, assim como os operários do Padrão 3. A própria Prefeitura enviou uma Lei dizendo que o aumento seria automático e, até hoje, ela não foi cumprida pela Prefeitura Municipal.

Então, queremos saber do Governo quando será votada a Lei, retroativa a janeiro de 2012, garantindo o mínimo de dignidade aos trabalhadores que receberam salário mínimo. Porque é inacreditável que a Prefeitura e os órgãos públicos não garantam o que a CLT prevê para os celetistas: que o trabalhador não pode ganhar menos que o salário mínimo nacional, uma conquista de décadas da classe trabalhadora.

Outra conquista da greve foi a formação de um Grupo de Trabalho para discutir a questão do Plano de Carreira. Os trabalhadores querem uma reunião com o Grupo de Trabalho, para que saia o edital e eles conquistem o seu tão sonhado Plano de Carreira.

Há também a questão da alteração da Guarda Municipal, que deveria passar de Padrão 4 para Padrão 5. Durante todo ano passado nós discutimos isso. Houve uma reunião na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, na qual eu tratei com a então Presidente, Ver.^a Maria Celeste, sobre assédio moral. Eram um terror as coisas que ocorriam dentro da Guarda Municipal; casos graves de assédio moral foram relatados pelos trabalhadores, e inclusive vamos encaminhar um seminário sobre esse assunto neste ano.

Mas nós não recebemos ainda o Projeto que altera o padrão dos trabalhadores do Padrão 4 para o Padrão 5. Então, exigimos uma resposta do Governo sobre essas questões; não só nós, Vereadores do PSOL e de outros Partidos de oposição, mas os trabalhadores, que fizeram uma greve porque a Prefeitura se recusava a dialogar e que conquistaram isso. Exige-se uma resposta da

Prefeitura Municipal. Não é possível que, para garantir o mínimo de dignidade, os trabalhadores sejam obrigados a paralisar os serviços públicos municipais, como fizeram no ano de 2011. Nós precisamos que os direitos sejam garantidos no ano de 2012 e nós queremos uma posição política do Governo sobre o encaminhamento desses projetos, que esperamos aprovar nesta Casa – e por unanimidade. E que os trabalhadores tenham, no compromisso de greve do ano passado, uma palavra do Governo! Será que este Governo não tem palavra para com os trabalhadores municipais?

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público presente, estamos aqui hoje no Grande Expediente, neste dia em que Porto Alegre, de uma vez por todas, está definida como uma cidade da Copa. Mas o Ver. Aírto Ferronato bem falou sobre as demais providências necessárias, inclusive que a nossa Comissão deve buscar saber como andam os projetos, inclusive os que ainda não foram feitos, para as obras do entorno do Estádio Beira-Rio.

Quero falar aqui sobre as 30 famílias que estão ao lado do estádio desde o início de 2008, ou seja, estão há quase cinco anos naquele local e deveriam ser reassentadas no prazo de um ano, e até o momento não foram.

As 50 famílias que vivem na Casa de Passagem, onde há um centro de reciclagem, também têm necessidade de ter uma moradia digna, o seu reassentamento, para que as obras continuem em torno do estádio, a retirada da casa de passagem que ali está e também do centro de reciclagem. Convenhamos, as avenidas Padre Cacique e Borges de Medeiros não são locais para se instalar um centro de reciclagem, de recolhimento de lixo seco de Porto Alegre.

Há o Viaduto Pinheiro Borba, para o prolongamento e duplicação da Av. Beira-Rio, e ainda faltam 70% do trecho a ser duplicado. Na sequência, há o viaduto sobre a Av. Padre Cacique, que justamente dá na Rua Pinheiro Borba e é necessário para que o trânsito possa fluir livremente e, assim, haja mobilidade urbana no entorno do estádio quando houver as partidas pela Copa do Mundo. Quando esta Casa aprovou o Projeto, em 2008, o Executivo ficou encarregado de retirar do local os espaços que mantém com os comodatos e locações. Lá há lavagem de carros; empresas que vendem pedras; a empresa Banda do Saldanha, que está há muito tempo lá e está construindo irregularmente, sem licença, num terreno do Município. O Executivo sabe disso, já por diversas vezes foi comunicado e nada fez, e aquela construção está continua sendo edificada; agora, estão sendo construídos os camarotes do estádio, e o Executivo não toma providências para suspender, fiscalizar ou embargar aquelas obras irregulares que estão sendo feitas em cima de próprios municipais. Então, são tantas as obras, que agora o Município tem que começar a fazer.

Ouvi a festiva manifestação do Ver. Dr. Thiago sobre a duplicação da Av. Edgar Pires de Castro. Esclareço que não se trata da duplicação, mas sim da autorização para o edital do projeto. Com toda a certeza, esse projeto demorará mais de um ano para ser elaborado, e, vindo o recurso, lá em 2014, 2015, sendo otimista, quem sabe seja iniciada a obra.

No contrapasso disso, cito a Av. Vicente Monteggia, que já tem um projeto há tantos anos e é necessária para Porto Alegre; sai do prolongamento da Rua Dr. Campos Velho. É uma necessidade urgente, Ver. Nilo! O Ver. Nilo é daquela região, conhece muito bem os problemas que acontecem com a falta de duplicação da Av. Vicente Monteggia. Mas por que deixar a Vicente Monteggia para trás? Vamos fazer as obras necessárias na Cidade!

Nós não podemos dizer que faremos a Av. Mauá, a Travessia da Rua Anita Garibaldi, a Av. A. J. Renner, a Av. Tronco, a Av. Edgar Pires de Castro, e que não faremos aquelas que já estão com projetos aprovados! Vamos em ordem, vamos realizar o PIEC, que está parado. Vamos fazer em ordem, para a Cidade conseguir dar um andamento natural de suas obras! Isto é muito importante, fazer com que haja naturalidade.

A nossa Comissão, Ver. Ferronato, quer saber como andam as obras no entorno do estádio, para que a população não tenha prejuízos na época da Copa do Mundo.

Outro assunto que eu trago à baila é justamente a readequação, a redefinição dos bairros de Porto Alegre. Esse é um estudo que tem que ser mais aprofundado. Na semana passada, estive visitando uma grande comunidade em Porto Alegre que adquiriu seus imóveis dizendo: “Aqui é o novo bairro de Porto Alegre”. E, agora, que veio a redefinição para cá, esse novo bairro foi incluído ao bairro Vila Jardim Ipiranga, que é justamente o Jardim Europa, que foi vendido como bairro Jardim Europa, ali ao lado do Iguatemi, Ver. João Antonio Dib. E há os *folders*: “O novo bairro de Porto Alegre”. E, agora, na redefinição, pegaram o Jardim Europa e colocaram, Ver. Cecchim, dentro da Vila Ipiranga – não é mais Jardim Europa, agora é Vila Ipiranga.

Então, eu acho que não se pode jogar assim com as pessoas. Elas compram imóveis com valores altos, porque justamente ali é o novo bairro – “É o Jardim Europa!” –, e agora, na readequação do Município: “Não, vocês são Vila Ipiranga, continuam lá”. E aí, é fácil jogar assim com as pessoas? Na hora de vender, cobra-se mais caro, porque é o local; na hora de oficializar, fica outro bairro.

Nós não concordamos com isso e já encaminhamos um Requerimento à Secretaria de Planejamento para que haja uma nova definição e ali desenhemos o novo bairro de Porto Alegre que o Município não definiu como sendo bairro Jardim Europa. E nós queremos que os bairros sejam respeitados. Se for feita uma readequação, a faremos valorizando a Cidade, e não expandindo bairros e fazendo com que as pessoas que estão hoje em um bairro, Ver. Brasinha, fiquem sem saber em que bairro estão vivendo. Nós sabemos, hoje, que o Passo D’Areia é até o Iguatemi; lá onde tem a Av. Grécia, onde haverá o novo Bourbon, é Passo D’Areia, porque não estão definidos os bairros corretamente. Então, tem que se definir, mas não prejudicar a população que adquiriu o seu imóvel pensando ser um bairro e agora ser outro. Isso não tem cabimento nenhum.

Eu quero falar também sobre a nossa Zona Sul da Cidade. Foi apresentada aqui a duplicação da Av. Edgar Pires de Castro. Na quarta e na quinta-feira

passadas, foram selecionadas 500 comunidades que compareceram à Igreja Nossa Senhora da Misericórdia, do Padre Tranquilo, onde assinaram seus contratos; são 500 novas famílias que habitarão, a partir do dia 30, o condomínio Jardim Paraíso, na Estrada do Barro Vermelho – cujo nome a comunidade também quer mudar, porque as pessoas não gostam de residir “na estrada do barro vermelho”.

Mas isso é mais um passo para se fazer um grande assentamento, Ver. João Dib – o senhor, que batalhou aqui junto com os demais Vereadores – das famílias do Unidão. São 300 famílias que estavam em condições de miserabilidade e vão ter oportunidade de estar lá nessas unidades habitacionais novas, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, mas sobraram 200 unidades. E nós estivemos aqui, ouvindo inclusive o Ver. Beto Moesch, que também falou sobre as áreas de risco de Porto Alegre, e nós defendemos que, quando há essas unidades disponíveis, que elas sejam prioritariamente entregues às famílias que estão em áreas de risco.

Nós estivemos visitando a Vila dos Coqueiros, onde o Ver. Paulinho está sempre, e também a Vila Nova Safira, que é aqui na Protásio Alves, ao lado da Cohampa, uma cooperativa habitacional. E foi terrível, Ver. Brasinha, ver aquelas famílias que perderam aquele ponto que tinham; eles perderam tudo! E, a cada vez que acontece uma enchente, elas estão perdendo os seus móveis de dentro de casa!

Então, é necessário que se façam projetos prioritários para Porto Alegre, para que se retirem as famílias das áreas de risco. As famílias das ilhas estão necessitadas! É por isso que, cada vez mais, eu reforço que o Executivo aplique o Cadmut, que é o Cadastro Nacional de Mutuários, que inclui todas as pessoas que estão necessitando de imóveis, como aquelas 50 mil famílias que se inscreveram, para saber onde elas estão e quais as que estão em situação de risco. Isso é para darmos prioridade nos seus assentamentos e reassentamentos.

Que também tenhamos urgência na utilização dos prédios abandonados no Centro da Cidade, como é o caso do esqueleto da Praça XV de Novembro, e que ali se construam habitações para a Segurança Pública, para fazer com que a segurança volte ao entorno do Mercado, ao nosso Centro Histórico, ao

Centro da Cidade, e se possa dar segurança para as famílias que residem e trabalham no Centro da Cidade. Isso é muito importante! Eu acho que nós poderemos fazer muito se utilizarmos todos os espaços vazios que temos no Centro da Cidade, como na Júlio de Castilhos, onde há diversos imóveis abandonados há muitos e muitos anos.

Para finalizar, eu quero hoje cumprimentar todos os artesãos que temos no Estado do Rio Grande do Sul, que são cerca de 70 mil famílias que sobrevivem do artesanato. Essas pessoas, com suas habilidades, desenvolvem esse trabalho excelente, e muitas vezes não são valorizados. Nós tínhamos que ter, em Porto Alegre, como temos em todos os outros Estados – Pernambuco, Bahia –, mercados voltados ao artesanato local. Mas aqui uma parte do Mercado Público é utilizada para audiências públicas, outra parte de salas para associações, o que não precisaria ser no Mercado Público, poderia ser em qualquer sala da Cidade. O Mercado Público é para a venda de produtos típicos e para mostrar o artesanato da Cidade.

Nós temos a Casa do Artesão, onde passarei no final da tarde, porque hoje é um dia festivo lá. Eu me orgulho porque, quando passei pela Fundação Gaúcha do Trabalho, devo ter assinado umas 15 mil carteiras naqueles quatro anos. Viajei e visitei muitas feiras nesse Interior do Estado e vi o valor e como é o trabalho com que os artesãos sustentam as suas famílias. Cada artesão sustenta quatro pessoas; em 70 mil, são 280 mil pessoas que vivem do artesanato! Vamos valorizar!

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Tessaro, e parabéns pelo pronunciamento. Eu visitei muitos Estados e seus mercados, principalmente a Bahia, com o Mercado Modelo, em Salvador; ali está toda a Bahia, que maravilha! Acho que Porto Alegre merece um mercado que valorize as suas tradições.

O SR. NELCIR TESSARO: Nós temos que dar continuidade a isso. Nós temos que fazer com que o artesanato tenha também o direito à nota fiscal eletrônica, que hoje o Estado não está dando. De tempos em tempos, o artesanato sai daqui, em caminhões, e é levado a Minas Gerais, e os artesãos não têm direito

de emitir uma nota fiscal eletrônica, e lá não se aceita nota comum. Vamos trabalhar, no Estado também, pela nota fiscal favorecendo o artesanato.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero dizer que a Câmara errou tirando os artesãos do Largo Glênio Peres, deixando apenas a Feira do Peixe. Ali era um lugar de valorização e de fortalecimento dos artesões, e o perdemos. Acho que temos que reverter.

O SR. NELCIR TESSARO: Mas eu acho que nós podemos colocá-los em tantas salas que estão sendo usadas indevidamente dentro do Mercado Público. Fica mais fácil as pessoas irem ao Mercado e o conhecerem, dando-lhe mais vida, e ele ser utilizado mais para o artesanato do que para outros fins. É isso que queremos, que o Mercado seja usado para suas finalidades. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nilo Santos está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. NILO SANTOS: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, uma saudação especial ao meu amigo Davi, estudante de Santa Maria que nos visita hoje; quero também fazer uma saudação especial pelo Dia do Artesão, parabenizar as pessoas que são vocacionadas – isso é um dom; parabéns a todos os artesãos que estão aqui e representam toda a categoria neste dia.

O meu tema de hoje, senhoras e senhores, é um tema que tenho trazido a esta tribuna com muita frequência, que é dos nossos moradores de rua, que muitos preferem dizer pessoas em situação de rua. Eu prefiro tratar como moradores de rua, até porque tem uma geração que já nasceu debaixo das marquises e debaixo dos viadutos. Peguei os dados atualizados com a nossa Secretaria da Saúde, que mantém equipes que fazem atendimento nas ruas da Capital.

A Secretaria da Saúde tem hoje cadastrados 2.300 moradores de rua; desses, 40% são tuberculosos. Aí, vem a grande discussão que é o direito de ir e vir,

defendido por muitos profissionais da área da assistência social, principalmente, que entendem que a pessoa tem o direito de ir e vir e deve ser simplesmente convidada a sair da rua. Eu não consigo concordar, no caso de uma criança ou uma adolescente que seja explorada durante o dia nas sinaleiras e abusada sexualmente à noite, debaixo dos viadutos, que se vá alegar o direito de ir e vir da criança e do adolescente! Uma criança que se desvinculou do pai, se desvinculou da mãe, se desvinculou dos avós, se desvinculou da escola, da sua comunidade! O Estado tem, sim, Ver. DJ Cassiá, o dever de proteger essa criança e esse adolescente! É muito fácil, Ver. Brasinha, nos escondermos simplesmente com a desculpa: “A pessoa tem o direito de ir e vir, ninguém pode obrigar uma criança a sair da rua, ninguém pode obrigar um adolescente a sair da rua. Ela pode dormir debaixo da marquise, debaixo do viaduto”. É muito cômodo dar essa desculpa e ir para casa dormir!

E é pelo fato de eu já estar me afastando da Câmara nos próximos dias, Ver. Luciano Marcantônio, que eu volto a esta tribuna para me manifestar sobre este tema. Quando eu presidi a Comissão Especial – Projeto apresentado por mim nesta Casa – que trata sobre a questão dos moradores de rua, sofri, sim, alguns ataques de profissionais da área, alguns comentários infelizes de pessoas que dizem que tratar da questão dos moradores de rua não dá voto. E quem entra para a política apenas pensando no voto deveria ficar em casa; está no lugar errado, porque quem concorre a um cargo eletivo como este a que nós concorreremos não pode ter apenas o voto como seu principal motivo para entrar para a política!

São pessoas como nós a quem a vida disse “não” muitas vezes. E não nos interessam os motivos pelos quais essas pessoas foram parar nas ruas. Mas compete, sim, ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário, compete ao Estado devolver a essas pessoas a perspectiva de uma vida melhor. Quarenta por cento, senhoras e senhores, de 2.300 moradores de rua têm tuberculose. Como tratar essas pessoas tuberculosas na rua? Como a Secretaria da Saúde vai dar atendimento e combater a tuberculose, se essas pessoas moram debaixo dos viadutos e das marquises?

Davi, tu, que és um estudante, sabes que isso é impossível. É impossível tratar a tuberculose debaixo de uma marquise! Senhores que nos visitam, é impossível tratar a tuberculose com essas pessoas vivendo embaixo dos viadutos! Essas pessoas precisam ser retiradas das ruas para o bem delas, e não para alegrar a sociedade, que, muitas vezes, os veem como lixo! E não são lixos! Ver. Brasinha, 40% das pessoas, mais de 800 pessoas, hoje, que vivem nas ruas são tuberculosas. Crianças e adolescentes que fazem o uso do *crack* noite e dia; gestantes, que carregam um ser inocente dentro do seu ventre fazendo o uso do *crack* noite e dia, dormindo debaixo das marquises, e nós não conseguimos avançar, porque a internação compulsória dessas pessoas é vista como um mal, é vista como um prejuízo para essas vidas! Como?! Que prejuízo, Ver. Brasinha? Essas pessoas vão morrer a qualquer momento! Essas pessoas estão se matando.

Há foragidos escondidos no meio dos moradores de rua. Temos preocupação com o aumento da extensão da pista do Aeroporto, temos preocupação com duplicação de avenidas, temos preocupação com grandes obras, preocupação com a obra do Beira-Rio, mas nós precisamos ter a preocupação com os moradores de rua, Ver. Brasinha.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nilo Santos, realmente, morador de rua é um grande problema que tem que ser combatido. Eu morei oito meses na rua, sei quanto é difícil, sei que é quase impossível a gente sobreviver para, logo mais, ter uma vida mais digna, quem sabe um trabalho, um emprego. Tem que ter persistência, porque tem muito bandido que se esconde atrás dessas crianças – que merecem o apoio, com certeza. Esses bandidos se escondem porque eles não podem comparecer, porque são fugitivos, são prisioneiros, são ex-presidiários, tudo acontece, e mais ainda: eles ameaçam as pessoas, e muitos acham que são os moradores de rua que estão fazendo. Não são esses, são aqueles que se escondem atrás dos inocentes.

Então, eu acho que, realmente, nós temos que pensar e temos que valorizar essas pessoas que têm recuperação, as crianças, principalmente, que têm recuperação. Porque não é fácil, cada um tem gênio, uns vão para lado do mal,

outros para o lado do bem. Então, uma pessoa se salvar, ótimo; se duas se salvarem, melhor ainda; se três se salvarem, também melhor ainda. E quem sabe essa pessoa possa vir a ser uma grande autoridade, um grande empresário, ser alguém na vida! Quando eu morava na rua, jamais imaginava que iria chegar a esta Casa aqui, e hoje eu sou Vereador.

O SR. NILO SANTOS: Parabéns, Ver. Brasinha. Ver. DJ Cassiá, a internação compulsória se faz necessária no momento em que a criança e o adolescente não estão mais sob o controle do pai e da mãe. Quem não respeita mais pai, mãe, avós não tem mais vínculo; como diz a gurizada, “está por todas”. Ela “está por todas”. Se tiver que dar uma facada em alguém, vai dar para poder conseguir a droga. Ela está por todas! Não respeita mais o pai, não respeita a mãe, não respeita avós, está ali, surtando nas ruas! Se der na cabeça, ela vai assaltar alguém para poder comprar a droga.

E algumas pessoas são contra a internação compulsória, como se isso fosse um prejuízo e fosse tirar o direito de ir e vir das pessoas, tirar o livre arbítrio das pessoas! Algumas pessoas se sensibilizam quando passam nas sinaleiras e veem crianças e adolescentes sendo explorados, tomando o dinheiro das pessoas, achacando as pessoas nas sinaleiras. Muitos ficam sensibilizados e dizem: “Coitadinhas dessas crianças”. Mas aquela ali não é a pior parte, senhores e senhoras, a pior parte vem depois, quando elas vão para debaixo do viaduto, para debaixo das marquises e são exploradas sexualmente por drogaditos! E nós vemos isso como se fosse algo normal.

Ver essas pessoas dormirem nas calçadas, ver essas crianças sendo abusadas não é algo normal, isso é anormal, senhoras e senhores, e o Ministério Público já declarou que determina a internação compulsória, sim, desde que fique reconhecido o comprometimento mental dessas pessoas, desde que isso fique caracterizado. O problema é que temos que querer que isso aconteça, nós precisamos querer que as pessoas mudem, precisamos oferecer a elas a perspectiva de uma vida melhor, Ver. DJ Cassiá, ou estaremos brincando. Concedo-lhe um aparte com muito prazer, meu grande Líder.

O Sr. DJ Cassiá: Ver. Nilo Santos, parabéns pelo tema que o senhor levanta neste momento. O senhor está aqui tratando de salvar vidas, e salvar vidas tem prioridade sobre qualquer outro assunto e sobre qualquer outra obra. As obras são necessárias, mas salvar vidas é prioridade. Se eu levantasse uma questão aqui sobre o uso das crianças nas sinaleiras que depois se refugiam debaixo dos túneis, Ver. Nilo Santos... Eu conheço diversas crianças que, para voltar para seus lares, para suas casas, têm que pagar pedágio, e a forma de pagar pedágio é fazer com que elas arrecadem nas sinaleiras um valor "x". Se elas não chegarem em casa com esses valores, o pedágio não está sendo pago, e elas são espancadas, torturadas.

Parabéns pelo tema que V. Exa. levanta, que tem que ser levado mais a sério pelos gestores, pelos políticos.

O SR. NILO SANTOS: Obrigado, Ver. DJ.

Quero chamar a atenção para o fato de que as famílias que têm condições internam seus filhos numa comunidade terapêutica, em boas clínicas, para que se recuperem. Só que os nossos moradores de rua que são dependentes químicos ficam 15 dias no hospital e, depois, são devolvidos para as ruas, porque falta um novo protocolo de abordagem para essas situações. Temos que conveniar com as comunidades terapêuticas. Olhem, tem um menino lá de 15 anos que já está totalmente comprometido, é usuário de *crack*. Não basta um técnico da FASC chegar lá e perguntar se ele quer sair da rua! "Tu queres sair da rua?" Mas como "tu queres sair da rua?"?! Ele está ali se matando, é usuário de *crack*, e dizem que não tem volta. Tu não tens querer, meu filho, tu tens 15 anos e vais sair daí! E o Ministério Público determine a internação compulsória, que isso é o mais interessante! O problema é construir uma política para a retirada dessas pessoas das ruas e oferecer a elas uma nova oportunidade na vida.

Sei que sou repetitivo, gente, e o bom é que eu reconheço que sou repetitivo. Eu não sei quantas vezes eu já ocupei esta tribuna com este tema, Ver. Pancinha. Não sei quantas vezes! Mas eu volto a fazer um apelo ao nosso Governo para que possamos construir uma política, a mesma que estamos construindo para a ampliação do Beira-Rio, para a duplicação de avenidas,

para a ampliação do aeroporto! Um plano para que essas pessoas sejam encaminhadas às comunidades terapêuticas, encaminhadas a clínicas de recuperação, porque é o que qualquer pai de bom-senso faria, encaminharia para a recuperação.

Hoje 40% dos tuberculosos aqui, mais de 900 pessoas, estão condenadas à sua própria sorte e entregues às mãos de Deus, porque não tem como tratar tuberculose debaixo da marquise. Não se trata tuberculose nas calçadas, não se trata tuberculose debaixo dos viadutos! Tuberculose se trata em hospital! Tuberculose se trata em clínicas! Ou, senão, nós vamos estar condenando essas pessoas à morte. Enquanto eu estiver aqui, até a minha última hora de permanência neste Legislativo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 21 de março de 2012 a 26 de março de 2012. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(16h45min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLE nº 037/11, com Veto Parcial.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 037/11, com Veto Parcial, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, fiz questão de voltar a esta tribuna, Ver. Aírto Ferronato, porque comentávamos, hoje, no início da tarde – até pela intenção, liderada pelo Ver. DJ Cassiá, de entrarmos na Ordem do Dia –, que quem está, na verdade, atrasando os trabalhos na Câmara de Vereadores, produzindo um

retrabalho nesta instituição, é o Governo Municipal, que vem vetando, de maneira bastante agressiva e arrogante, muitas vezes, os projetos que votamos aqui.

Hoje, nós vamos tratar do Projeto dos nossos artesãos – uma iniciativa do Ver. Idenir Cecchim, ou seja, desta Câmara –, que também foi objeto de Veto por parte do Prefeito, bem como de várias outras iniciativas importantíssimas, como foi a discussão sobre a gratuidade dos banheiros públicos. Nós derrubamos o Veto, mas foram necessárias duas Sessões para que pudéssemos fazer um profundo debate, inclusive para entender por que o Governo Municipal não incorpora as sugestões positivas da Câmara de Vereadores, como é o caso do Veto às Emendas do Ver. Airto Ferronato ao Projeto das pequenas empresas, dos pequenos empreendimentos. Essa postura do Governo Municipal não pode ser aceita, sob pena da perda da importância do Legislativo, da importância da diluição do poder e da democracia.

Eu fiquei espantada ao saber que agora entrou um novo Veto do Prefeito ao Projeto de prevenção no uso profissional da voz para os profissionais da educação. Foi um belo debate feito nesta Casa que trouxe o aprofundamento e a contribuição do Crefono, o conselho regional dos fonoaudiólogos, que estudaram, que aprimoraram uma lei que existia e que era autorizativa, do Ver. Garcia, e apenas utilizaram a interferência desta Vereadora para consagrar, Ver. Brasinha, uma prevenção no uso da voz. Os professores adoecem por não saberem que sequer têm a disponibilização de água. E o Prefeito vetou. E vetou não pelo mérito, vetou porque tem vício de origem. O que é vício de origem? É que os Vereadores querem decidir sobre a Cidade; então, ele usa, radicaliza nas prerrogativas do Executivo e nega construções às vezes feitas por um ano, dois anos aqui nesta Casa.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nobre Vereadora e cara colega de Bancada, Ver.^a Sofia, a Emenda do Ver. Airto Ferronato que foi vetada é uma tomada de consciência por parte do tomador do financiamento de que, se ele tiver que parcelar, ele tem que estar ciente de que vai ser colocado no cadastro dos inadimplentes, ficando ele

e os sócios dele muitas vezes com restrição de crédito por meses ou até anos. E o Ver. Ferronato me auxilia, dizendo que sempre acontece isso. Então, isso é uma arbitrariedade. Não é aceitável esse tipo de atitude. Por isso, o Vereador está apresentando uma Emenda que estabeleça certos dizeres em negrito, para que o tomador esteja consciente de que ele vai sofrer uma penalidade mesmo tendo pagado. Obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Perfeito, Ver. Todeschini, essa é uma das Emendas. A outra é sobre os conselhos para compor o Comitê Municipal. Quer dizer, duas contribuições extremamente positivas do Ver. Airto vetadas pelo Governo Municipal.

O Sr. DJ Cassiá: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia Cavedon, são duas Emendas. A Emenda nº 01 foi vetada, mas a Emenda nº 03 foi aceita pelo Governo. Então, não foram as duas Emendas vetadas. E o Ver. Airto Ferronato sabe disso. A Emenda nº 01 foi vetada e a Emenda nº 03 foi aceita, então não foram as duas Emendas vetadas pelo Governo.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito bem. Então, eu quero encaminhar, Ver. DJ Cassiá, pedindo que nós, mais uma vez, mostremos que a Câmara honra o voto que deu. Nós votamos por unanimidade essas Emendas, se não me engano, salvo melhor informação, e com uma boa discussão nesta Casa. Portanto, manter o nosso voto, a nossa contribuição, é uma forma de afirmar a soberania e a independência deste Parlamento.

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia Cavedon, acredito que os Vereadores aqui – e V. Exa. é um exemplo disso – sempre discutem com seriedade as emendas. A primeira Emenda fala sobre uma reforma que estamos fazendo numa lei federal. Se houve erro quando votamos o Projeto, não podemos errar agora com relação ao Veto. A segunda Emenda é boa e acho que vai contribuir para as relações que temos que empreender neste plenário. Tenho certeza de que V. Exa. não vai se sentir mal se consentir em um dos Vetos e acolher o outro.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Então, são duas as Emendas vetadas. O que o Ver. DJ colocou antes – ajuda o Ver. Braz com o seu comentário – é que, na verdade, o Governo está aceitando incorporar uma. Pelo que entendi, porque são duas vetadas, e há controvérsias.

O Sr. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Agradeço por me conceder aparte, que será brevíssimo. Nós não estamos alterando nenhuma lei federal. Nós estamos dizendo para os bancos que eles podem renegociar dívidas, desde que digam ao micro e ao pequeno empresário que, se o micro ou o pequeno empresário ganha R\$ 20 por mês, ele vai perder o crédito. É um crime o que os bancos estão fazendo com os pequenos! E não me digam o Prefeito e os Vereadores que isso é competência da Presidenta Dilma, porque não aceito esse argumento. Obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vejo que há controvérsias sobre esse tema. Fico com a palavra do Vereador Aírto, que estudou o tema, que se dedica a essa área, e vamos derrubar o Veto do Sr. Prefeito para que ele respeite as contribuições deste Parlamento, e que fiquem protegidos os pequenos comerciantes.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Encerrada a discussão. Em votação o PLE nº 037/11, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 037/11, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, mais uma vez estou aqui para, mais uma vez, falar do tema. Encaminhei uma Emenda, aprovamos, e o Sr. Prefeito vetou. Todos nós sabemos da importância da micro e da pequena empresa no contexto nacional. A micro e a pequena empresa geram 57% dos empregos formais no País. É um risco altíssimo abrir uma microempresa. Por quê?

Porque 60% das empresas nascem e morrem. E os Governos, o Poder Público Federal, Estadual e Municipal contribuem de forma decisiva para isso.

Como fazem os bancos? Quando um grande empresário deve, é aquela bajulação geral para acertar. Se o pequeno empresário deve R\$ 1.000,00, os bancos ligam, dizendo que têm a salvação da pátria, Ver. Cecchim. Eles vão parcelar a dívida. Se tu deves R\$ 1.000,00, ele diz: “Vamos pagar 10 prestações de R\$ 90,00”. O microempresário ou o pequeno empresário, diz: “Salvei a pátria. Vou acertar a minha vida pagando 10 prestações de R\$ 90,00”. Só isso que os bancos dizem, por telefone.

Quando termina a dívida, os sócios e a microempresa ficam com restrição ao crédito. Não podem mais pegar dinheiro emprestado naquele banco. E o Banco do Brasil é um dos campeões disso. Não podem mais! Terminaram com o crédito do pequeno empresário! Para o grande, tem, sempre teve – e eu não sou contra os grandes –, mas esparramam dinheiro tipo laranja de amostra. É só chegar lá e eles dão – para os grandes empresários nacionais e multinacionais. Quando somos nós, os brasileiros, pequenos, micro, que devemos R\$ 1.000,00, eles recuperam o dinheiro deles, eles fazem a proposta da renegociação e, depois, cortam o crédito do microempresário e da microempresa. Esse ato provoca quebra de maioria das pequenas empresas do País.

Pois bem, apresentei uma proposta singela: que eles possam fazer isso, desde que comuniquem por escrito ao microempresário: “Tu vais parcelar e tu vais perder o crédito: tu, tua mulher, se é sócia, teu filho e a tua empresa”. Eles têm que escrever em negrito! E o microempresário tem que assinar isso. É uma pequeníssima, mas valiosa contribuição para os pequenos empresários.

O Prefeito diz que a competência é só da União. Ora, vejam só! É da União, só da União, exigir que banco inscreva e não emburle microempresário? Não, está errado! O Sr. Prefeito, com o respeito que ele merece, está equivocado. Não é possível nós não termos o poder para dizer ao banco e aos seus negociadores: “Negociem com o pequeno, mas não aniquilem com eles. Não matem o pequeno”.

Vocês já ouviram dizer que, algum dia, restringiram o crédito de multinacionais? Não. Quando eles vêm para cá, é estrada, obra, asfalto, água,

luz, telefone, tudo por conta do Governo. Do Governo! Quando é para o pequeno, R\$ 500,00 é o fim. Um abraço a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 037/11, com Veto Parcial.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Mauro Zacher, nosso Presidente; demais Vereadores, Vereadoras; público que nos assiste nas galerias ou pelo canal 16; Ver. Aírto Ferronato, mais uma vez vim aqui para tentar ajudar a convencer nossos colegas Vereadores da importância das suas Emendas a este Projeto de Lei importante, que ajuda as micro e pequenas empresas. Sabemos que elas são geradoras de emprego no nosso País; a grande massa de emprego é gerada pelas micro e pequenas empresas.

Então, nós, como Vereadores, temos a obrigação, aqui nesta Casa, Ver. Waldir Canal, de trabalhar para fortalecer as micro e pequenas empresas, empresas de pequeno porte, empresas geradas por nós, que dão empregos. Normalmente, aquele primeiro emprego ocorre numa micro ou numa pequena empresa, quando a pessoa começa a trabalhar, porque o grau de exigência normalmente é menor. Então, acho que nós, Vereadores, temos o dever de fazer todo o esforço possível para que consigamos ajudar essas microempresas, e as duas Emendas do Ver. Aírto Ferronato vêm ao encontro de tudo isso. Não poderia ser diferente, pois o Ver. Aírto Ferronato é uma pessoa que estuda sobre a microempresa, que tem livros publicados, que tem um conhecimento muito profundo nessa área; então, isso não poderia partir de outra pessoa.

Ver. Aírto Ferronato, o senhor está de parabéns, e nós não pudemos nos furtar de vir aqui para ajudar a defender as suas duas Emendas, sendo que uma delas inclui o Conselho Regional de Administração e o Conselho Regional de Contabilidade, para que eles participem do Comitê Gestor Municipal. Não vejo nenhum problema de eles participarem do Comitê, porque tenho certeza de que eles estarão lá para ajudar no processo. Portanto, vou votar

favoravelmente à derrubada do Veto e tenho certeza de que os Vereadores vão entender e também votarão.

O outro artigo é o art. 15, que foi vetado, Ver. DJ Cassiá, e o senhor disse que não há acordo do Município – esse é o mais importante de todos, porque se refere a crédito. O que acontece? No artigo, o Ver. Airto Ferronato tomou o cuidado de colocar que os bancos, as instituições financeiras, quando dão o crédito para uma empresa... Imaginemos que o Ver. Alceu Brasinha, por exemplo, tem lá a sua empresa de pneus. Ele precisou de crédito, pegou um crédito no banco; chegou um determinado momento, pela circunstância, pelo momento econômico, ele teve dificuldade de pagar, passou um período sem pagar, e o que aconteceu? Mais tarde, essa instituição vai chamar essa empresa, essa microempresa – se estiver errado, Ver. Ferronato, depois o senhor me corrija; ele passou por um momento difícil, não pagou por um determinado período; passou um ano, dois anos, o banco, a instituição financeira chama o empresário lá para negociar...

(Aparte antirregimental do Ver. Airto Ferronato.)

O SR. MAURO PINHEIRO: O Ver. Airto Ferronato diz que, em quatro ou cinco meses, já está sendo chamado. A empresa o chamou; ele foi lá pra fazer uma negociação; ele foi lá e fez a negociação, Ver. Waldir Canal, para fazer um novo acerto, um novo arranjo para pagar em 10, 12 vezes. Ele fez o acordo, começou a pagar, já não está mais inadimplente, Ver. Airto Ferronato, porque ele está pagando. Mas, para o banco, ele continua inadimplente, e esse banco não dá crédito a ele, esse é o problema. E ele não sabe que perdeu o crédito.

(Aparte antirregimental do Ver. Airto Ferronato.)

O SR. MAURO PINHEIRO: Ele começou a pagar, Ver. João Antonio Dib, e já não está mais inadimplente: ele já fez o acordo e está pagando. Quando ele terminar de pagar, Ver. Mario Fraga, dez meses depois, segundo o acordo, ele volta a essa mesma instituição e pede um novo crédito, porque ele pagou, não tem dívida. Ele fez um acordo, pagou, honrou o seu compromisso e, quando

pede um novo crédito ao banco, o banco não dá esse crédito porque, um dia atrás, ele ficou devendo. Ele fez uma renegociação, pagou, mas não tem direito a novo crédito!

O que o Ver. Aírto Ferronato quer? Que, se o banco fizer esse acordo e ele pagar, caso o banco não for dar o crédito, tem que deixar registrado, escrito, que, mesmo assim, ele não terá mais crédito na empresa. Isso tem que estar claro, senão ele faz todo um sacrifício para honrar seus compromissos – às vezes, ficando apertado para fazer isso – e não tem mais o crédito.

Então, a Emenda prevê que essa instituição tem que deixar escrito lá que ele não vai ter o crédito, mesmo que honre seus compromissos. Portanto, sou favorável à sua Emenda... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação nominal o § 2º do art. 22 destacado, do PLE nº 037/11, com Veto Parcial,. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o parágrafo destacado por 10 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

Em votação nominal o PLE nº 037/11, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

Em discussão o PLL nº 068/11, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. ADELI SELL: Ver. Mauro Zacher, nosso Presidente; respeitosamente, colegas Vereadoras e Vereadores, eu quero resgatar um pouco, Ver. Idenir Cecchim, a nossa experiência concreta como gestores de uma Secretaria complexa como é a SMIC. Eu sempre digo que nós tratávamos desde a folha de couve, passando pelo glorioso artesanato que nós temos, indo ao *chip* lá do Ceitec, o Centro Tecnológico da Lomba do Pinheiro. Ou seja, a SMIC trata de tudo um pouco. Eu não vejo nenhuma razão para que não tenhamos registrado

em lei, como temos a Feira do Gasômetro, a Feira do Mercado Bom Fim – que V. Exa., quando aqui propôs, apoiou decididamente também –, e nós, portanto, temos isso legalizado. Assim foi a Feira do Gibi, assim foi a Feira do Vinil, e, se nós não tivéssemos isso registrado em lei, eu sei que algumas dessas coisas já teriam no mínimo balançado ou, o que é mais provável, evaporado.

E o que nós queremos é, efetivamente, garantir que o artesanato nosso tenha um espaço permanente no Mercado Público. Até já tinha sido feita uma reunião com algumas pessoas dessa área e havia tido uma garantia da SMIC de que, de 15 em 15 dias, nós teríamos a garantia de um rodízio no quadrante quatro, que é um espaço que está devoluto. Nós temos essa multiplicidade do nosso artesanato e achamos que é preciso inclusive que o Poder Público Municipal não só garanta espaço de venda, de comercialização, mas inclusive faça o que eu vi recentemente em Belo Horizonte, o que eu vi em Sergipe, um negócio impressionante nos mercados públicos. Em Sergipe, são dois grandes espaços, é um mercado dividido em dois, e um deles é exclusivamente para o artesanato. E é impressionante, porque o que você pensa tem lá, resgatando, inclusive, tradições históricas na arte do tear, por exemplo, coisas que eu jamais tinha visto, e lá está resgatado pelo nosso artesão.

Então, eu queria dizer que nós deveríamos nos somar aqui, porque somos aqui uma representação do conjunto da Cidade. Este tema não deve servir para dividir opositores e situacionistas. Este tema não deve dividir quem gosta e quem não gosta do Cecchim, que é o autor do Projeto, ou “porque o Adeli está falando, então eu vou ser contra”. Eu acho que nós temos que tirar um pouco essa grenalização, esse espaço conflitivo que Porto Alegre tem vivido nos últimos tempos, para fazer um espaço de soma. Se todos nós caminharmos na mesma direção, Ver. Nilo Santos, eu acho que nós teremos um ótimo resultado.

Eu não vejo nenhuma razão para que a gente não aprove o Projeto, ou seja, derrube o Veto. Isso não é uma afronta à Prefeitura, é uma visão que nós aqui temos, e também não estamos falando isso, com todo o meu respeito aos nossos artesãos, porque os senhores e as senhoras estão presentes aqui. É uma posição que nós defendemos historicamente, de fazer com que, inclusive, tenhamos mais espaços de artesanato.

Eu, por exemplo, fiz críticas à organização da Feira Latino-Americana; eu acho que nós temos que mudar, e mudar bastante, radicalizar – não está bem! Eu até falei para algumas pessoas que vi uma experiência em Goiânia, onde, uma vez por mês, é feita a Feira do Luar, a feira da lua cheia, num espaço interessante. Talvez, no futuro, a gente possa ter alguma coisa nesse sentido em Porto Alegre, como uma feira específica que fosse, digamos, um modelo, em que as pessoas iriam para esse espaço para curtir a vida pelo artesanato. Mas eu acho que nós temos outros espaços em que deveríamos ter, Ver. Pancinha, espaços permanentes de rodízio, inclusive de algumas instituições. Portanto, neste meu breve período, digo: sou pelo artesanato no Mercado Público. Voto pela derrubada do Veto! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente dos trabalhos, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. João Antonio Dib, nosso Líder do Governo; o Prefeito José Fortunati, mais uma vez, discute com a sua base e avalia, Ver. Cecchim... Às vezes, somos seres humanos e podemos errar e nos equivocamos. Agora, o erro é você insistir no erro.

Estou aqui trazendo a posição da minha Bancada; estamos aqui dando a nossa posição de derrubar o Veto. Era só essa a minha explanação. Quero parabenizar o Prefeito Fortunati, que pede o apoio para que a base derrube o Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, senhoras e senhores Vereadores, todos que nos assistem, pessoal do Mercado Público, o PPS é um Partido que tem trabalhado muito nesta Cidade para que as pessoas tenham o que mais precisam: ser cidadãos. Os artesãos são cidadãos, mas não serão só eles que serão beneficiados no Mercado Público. E quero deixar clara a posição do PPS de que é a favor de que lá se mantenham, trabalhem e façam de tudo para que a cidade de Porto Alegre sempre se lembre do artesanato, da sua cultura. E o Mercado Público é o lugar apropriado para isso.

Não vou me estender muito, porque precisamos ganhar tempo, pois a Pauta está trancada. Quero deixar nosso voto a favor do artesanato, do artesão, do emprego na cidade de Porto Alegre. Parabéns! Podem ter certeza de que votaremos pela derrubada do Veto. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este Projeto, desde a sua concepção, já deu muita discussão aqui na Câmara, não é, Ver. Cecchim? E, lendo as razões do Veto do Prefeito, ele coloca que V. Exa. teria invadido a competência. Mas, ao mesmo tempo, ele sinaliza que há a proposta de, conjuntamente, haver uma solução. Então, quando o próprio Prefeito admite a possibilidade, já é o primeiro sinal de que nós podemos temporizar. E eu acho que hoje a forma de temporizar vai ser o Prefeito dizendo: “Foi para a Câmara, a Câmara derrubou o Veto e eu vou sancionar”. Porque, na realidade, não há invasão. Quantos de nós já colocaram projetos no Calendário de Eventos de Porto Alegre! Este Vereador mesmo já colocou vários. Então, eu não vejo tanto a questão da invasão. Pela própria Exposição de Motivos, eu acredito que o Prefeito está sensível a isso, e tenho certeza que, se nós derrubarmos o Veto, o Prefeito vai acolher, não vai entrar com nenhuma disputa judicial.

Portanto, Vereador, eu sou a favor da derrubada do Veto, para que possamos ter uma Cidade melhor, com várias alternativas. Parabéns! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, lideranças e representantes das feiras temáticas e do grupo de artesanato, que é um contingente de aproximadamente 80 famílias que trabalham nesse tema. Esta Casa é uma Casa política, esta Casa discute os temas da Cidade e constrói acordo entre os seus colegiados quando um projeto é bom para a Cidade. Debate, sim, e demove posições do próprio Executivo, como essa posição, que é contraditória. Por que é uma posição contraditória?

No Diário Oficial do Município de Porto Alegre de 2007, na matéria “Porto Alegre da Mulher previne doenças e gera oportunidades”, lê-se que o Programa oferece também oportunidades de inclusão social e de geração de renda; a SMIC realiza feiras temáticas todos os meses, e o Porto Alegre da Mulher participa delas – isso em 2007. Em 2008, a conferência tem exposição de artesãos; a SMIC organiza e licencia as Feiras Temáticas de Artesanato do Mercado Público Central e do Brique da Redenção, entre outros; a Feira de Natal foi a última etapa das feiras temáticas realizadas no Mercado Público.

Também se lê, em relação ao emprego e à renda, que as ações da SMIC de incentivo à geração de emprego e renda possibilitam aos artesãos da Cidade a utilização do Mercado Público uma vez por mês, com as feiras temáticas. Os organizadores do evento afirmam que o faturamento da feira serviu como complemento à renda familiar dos expositores em 2008. Todos esses boletins que estou lendo são do Diário Oficial do Município de Porto Alegre, que reconhecem os artesãos como um trabalho de geração e renda, Ver. Ver. DJ Cassiá; daí, não adianta, é contradição política mesmo.

Então, o que nós estamos dizendo sobre esses temas é que não precisávamos estar fazendo tudo isso, porque esta Casa já debateu o assunto, esta Casa já teve um entendimento de que este é um bom Projeto. E colocar no calendário oficial do Município é valorizar ainda mais essa atividade. O Mercado Público,

como o nome está dizendo, é do público que expõe e do público que utiliza. Ainda se fosse um monopólio para todos os dias do ano, tudo bem, mas propicia que, nos outros quadrantes do mês, possa haver ali outras atividades, de outras categorias. Então, há este consenso: um dos veios de geração de emprego e renda é o artesanato, e o artesanato, além de construir qualidade de vida para as pessoas que trabalham com ele – porque nós sabemos que o artesanato, além de gerar renda, envolve a família –, é uma terapia ocupacional para muitas pessoas, principalmente as que se aposentaram com baixa renda e que conseguem ter um complemento de renda. Ao mesmo tempo, é da política pública trabalhar dentro da afirmação.

Indo para o calendário oficial, vocês terão inclusive o direito da promoção, da divulgação, da oficialização, e é isto que interessa, porque, indo para o calendário oficial, há o reconhecimento oficial de que aquela atividade lá no 4º quadrante do Mercado Público passa a ser algo que pode ser exposto, inclusive já no início do ano, para que aquelas pessoas que querem comprar artesanato ou que querem fazer visitas também se programem dentro de uma lógica de sustentabilidade.

Então, como já disse aqui o Ver. Adeli Sell, a nossa Bancada do PT – e falo aqui também como Liderança da oposição – defendemos esta iniciativa como uma iniciativa construtiva para a cidade de Porto Alegre e como a valorização da cidadania. Votaremos pela derrubada do Veto e pela afirmação deste Projeto. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Toni Proença está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores artesãos que hoje nos dão o prazer de sua visita, senhoras e senhores. Eu venho a esta tribuna para fazer aqui, na verdade, três homenagens: uma, a São José – lembra o Ver. Idenir Cecchim que hoje é Dia de São José; a segunda, aos artesãos, porque hoje é Dia do Artesão; e pela luta e mobilização para que se derrube o Veto,

Ver. João Antonio Dib. Já disse aqui o Ver. DJ Cassiá que o Prefeito concorda com a derrubada do Veto.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Ver. Toni Proença, vamos esclarecer, e esclarecer perfeitamente. O Prefeito vetou na forma do art. 94 da Lei Orgânica do Município e disse que se proporia a construir um novo projeto com o Ver. Idenir Cecchim. Ele não mandou, não disse que era para derrubar o Veto. Não teria sentido.

O Sr. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, é claro, ele disse de tabela. De tabela, ele disse “derrubem o Veto”. Eu vou votar favoravelmente ao Projeto do Ver. Cecchim, claro! Agora, ele disse “derrubem o Veto de tabela”, Ver.^a Sofia, porque é um projeto de iniciativa da sua base de Governo, e nós, que não somos bobos, sabemos disso. Se fosse meu ou de V. Exa. o projeto, Ver. Pedro Ruas, ele não teria mandado essa mensagem. Obrigado.

O SR. TONI PROENÇA: Para além dessa interpretação do Ver. Ferronato, o que importa mesmo é que nós temos, agora, condições de derrubar o Veto e manter o Projeto de Lei do Ver. Idenir Cecchim. É um bom Projeto, um Projeto que abre caminho para que os artesãos possam expor no Mercado Público. Portanto, minha saudação ao Ver. Idenir Cecchim pela bela iniciativa e pela possibilidade de construir no plenário a derrubada do Veto.

Faço aqui a homenagem aos artesãos, que são uma expressão cultural, que geram renda e mantêm o folclore e as tradições da nossa Cidade e do nosso Estado. Um grande abraço a todos e parabéns por esta Lei que hoje será aprovada. (Palmas.) Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu apenas quero reiterar o que eu disse anteriormente: basta que se leia a Exposição de Motivos para que o Prefeito vetasse a matéria, porque ele o fez dentro do que preceitua a Lei Orgânica que ele jurou cumprir e que nós também juramos cumprir. Agora, adiante, ele diz (Lê.): "Por fim, desde já, o governo se dispõe em apresentar, juntamente com a participação do vereador proponente, novo projeto que contemple o interesse dos feirantes sem que implique prejuízo das funções destinadas pela Lei Orgânica Municipal ao Poder Executivo". Foi isso e tão somente isso. O Prefeito não vetaria e nem pediria para rejeitar o Veto. Isso não teria o mínimo de sentido. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Presidente Todeschini, caro público que nos ouve, Ver. Cecchim, quero trazer rapidamente a minha contribuição na mesma linha que o Ver. Toni Proença trouxe a esta tribuna, de que efetivamente o artesanato e as indústrias criativas têm uma repercussão muito importante não só na cultura, mas na geração de renda, como inclusive já foi dito. Para se ter uma ideia, nós trabalhamos bastante esse tema enquanto estávamos na gerência distrital da Restinga Extremo-Sul e tivemos a oportunidade de fazer uma feira criativa na Restinga, e alguns dos artesãos que aqui estão participaram disso. Lá, com o apoio da universidade, pudemos ter contato com outras experiências que são realizadas em outras partes do mundo.

Para se ter uma ideia, na Inglaterra, as indústrias criativas que são fruto do artesanato, das culturas populares locais, representam de 5% a 10% da economia do país, de um país de Primeiro Mundo, no Reino Unido. Então, é importante que a gente possa assimilar essa experiência, aumentar e sempre incentivar isso. Nesse sentido, Ver. Cecchim, o senhor tem o meu apoio.

Eu efetivamente gostaria de trazer minha contribuição e dizer que o artesanato e sua geração de renda não fazem bem só na questão da economia popular e

da economia familiar, mas, sem dúvida alguma, ajudam na saúde. Algumas pessoas que iniciam grupos de artesanato, grupos de geração de renda em pequenos grupos que se formam nas comunidades, estão lá com um quadro depressivo. Às vezes, o seu quadro depressivo é grave, mas, a partir desses grupos – claro que com o auxílio das medicações e das terapias –, a partir daí, acabam podendo ter uma outra visão de mundo e podendo sair dessa situação efetivamente.

Então, toda essa contribuição não é só na economia, não é só, Ver. Toni Proença, na questão da cultura popular, mas é, sim, uma contribuição que está-se dando a esses grupos em termos de saúde efetiva. Na época em que tivemos a feira Restinga Criativa, estivemos no gabinete do agora Vereador Toni Proença, Secretário da Governança à época, e ele realmente nos abriu as portas, dando condições de tornar aquela situação realidade. Então, que a gente possa, Ver. Idenir Cecchim, votando favoravelmente ao seu Projeto, dar uma grande sinalização ao público e aos artesãos de Porto Alegre, para que sigam assim e para que, efetivamente, possam ser incentivados. O nosso voto vai ser favorável ao Projeto, Ver. Idenir Cecchim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu até me admiro que o Prefeito volte atrás e a base do Governo esteja indicando que vai derrubar o Veto. Sabem por que, queridíssimos artesãos e artesãs que, no ano passado, tiveram que lutar todo o mês para conseguir fazer uma feira dentro do Mercado Público? Porque parece que a prioridade são outras coisas, como acontece no Largo Glênio Peres, onde a prioridade é o estacionamento de carros. Carros se pode tapar; agora, artesãos, povo pobre, que precisa vender o seu trabalho, esse não pode, esse suja, esse enfeia, estraga, o Centro não fica bonito. O Centro bonito mesmo é cheio de automóveis, tapando todo o Largo Glênio Peres. E essa é a linha que o Prefeito Fortunati encaminhou este ano para cá – e é bem verdade, Ver. João

Dib, inclusive piorada nesta Casa, com emendas de Vereadores tirando todas as feiras.

Então, é um dia triste para os artesãos. Eu quero abraçar os artesãos e as artesãs, mas é triste. Havia a Semana do Artesão, a Feira do Artesão, no início do ano, depois havia a feira do final do ano, bem como outras atividades, importantes. Porque a praça é do povo, a praça é um lugar onde as pessoas passam, caminham, se lembram de que têm que dar um presente, se lembram de que precisam de alguma coisa, e aí compram. E é isso que ajuda o nosso artesão. Agora, enquadrá-lo, enjaulá-lo, colocá-lo em cantinho é fazer com que ele não sobreviva nesse capitalismo selvagem em que as roupas que vêm da China, em que os tarcos que vêm não sei de onde a R\$ 1,99 tomam conta, pois o trabalho do artista, um trabalho sério, bonito, criativo e único não tem fomento, não tem apoio, não tem lugar. Ou seja, escondem a nossa arte, a nossa cultura, a nossa identidade num cantinho.

Vejam bem a coragem que o Prefeito teve, Ver. Cecchim: além de tirar tudo, vetou que entre como uma data no Calendário de Eventos da Cidade. No entanto, vocês continuam aqui, valorosamente, lutando para isso, pelo menos para isso, para que tenham visibilidade, para que sejam ouvidos, para que sejam respeitados e para que possam, de fato, ter um cronograma, para que possam saber com antecipação em que momento vão ter a sua feira dentro do Mercado, sem ter que sair correndo para se organizar e aproveitar o que sobrar da boa vontade ou da resposta por pressão. Acho que a gente está vivendo momentos muito tristes nesta Cidade, porque está muito confuso, está muito contraditório esse discurso da humanização, Ver.^a Fernanda: “Ah, vamos humanizar o Centro”. Para mim, humanizar é respeitar e priorizar as pessoas, o ser humano, o artesanal, o que é feito recuperando inclusive o lixo, transformando lixo em arte, em outra utilidade, evitando os lixões, evitando a depredação da natureza, o que é também uma das funções e uma das ações que o artesanato faz, ao realizar a reciclagem, que é tão moderna, tão necessária e tão urgente.

Então, há um equívoco muito grande. A Coca-Cola, sim, tem um totem lá no meio do Largo Glênio Peres, mas os artesãos não podem estar no Largo Glênio Peres. Como assim?! Temos que nos orgulhar da nossa arte, dos

nossos artesãos, e honrá-los na sua luta, na sua resistência, na sua criação de pertencimento, de cultura. Quando se valoriza algo, qual é o ponto principal desta Cidade que os turistas buscam? É o Parque da Redenção, é o Brique da Redenção. Turistas do mundo inteiro estão lá, é um ponto de referencia maravilhoso. Por que o Centro não poderia ser assim? Por que não? Esse é o lugar de vocês, a praça deveria ser de vocês.

Nós vamos derrubar o Veto para garantir pelo menos dignidade dentro do Mercado Público, mas nós queremos mais para estar à altura da luta de gente tão importante para a nossa identidade e para a nossa qualidade de vida. Então, parabéns pelo dia, e que a gente possa mudar esse quadro. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; artesãos, artesãs, eu confesso a vocês que há coisas que não têm limite, não é, Ver. Idenir Cecchim? Porque nós já vimos muitas coisas neste Parlamento. Inclusive, em dezembro do ano passado, quando havia uma Tribuna Popular marcada com o Sindicato dos Artesãos sobre a utilização do Largo Glênio Peres e das feiras realizadas naquele espaço, a base do Governo pediu votação antecipada do Projeto do Largo Glênio Peres um dia antes de o Sindicato dos Artesãos vir a esta Casa fazer um pronunciamento sobre a questão das suas feiras, do seu trabalho, da possibilidade de geração de emprego e renda. E, lamentavelmente, por ampla maioria da Câmara, foi aprovada a votação do Projeto em regime de urgência, naquilo que foi um ataque à economia solidária, um ataque à feira dos artesãos, um ataque aos movimentos populares e culturais de Porto Alegre.

Inclusive o Largo Glênio Peres se constituiu com o nome Glênio Peres como um dos espaços para os movimentos populares, culturais, sociais e políticos da nossa Cidade. Glênio Peres foi um dos grandes defensores dessa ideia, e vem um Projeto do Executivo restringindo a utilização desse Largo Glênio Peres! E vem uma Emenda deste Parlamento piorando o Projeto e retirando a

possibilidade de realização da Feira de Economia Solidária! E foi derrubada uma Emenda que previa, mais uma vez, a Feira do Artesanato naquele local.

E por que se revoga a data, o Dia do Artesão, do Calendário de Eventos da Cidade? Será que não é a intenção de certo Secretário de retirar um espaço do Mercado Público que hoje... Inclusive, em 2011, já se tentou atacar esse espaço, e este Parlamento recebeu a demanda. Como podem atacar a possibilidade de emprego, de trabalho, de valorização de trabalhos únicos como são os trabalhos dos artesãos e das artesãs da nossa Cidade?

Então, espero que, no mínimo por justiça, este Parlamento derrube o Veto e reaprove o Projeto do Ver. Idenir Cecchim, sabendo que esta é uma batalha de muitas que têm que ser realizadas na nossa Cidade para a valorização do artesanato, dos seus artesãos e artesãs. Parabéns pela mobilização! É necessária, sim, esta luta, porque, infelizmente, nesta Cidade, pode tudo para a iniciativa privada, para privatizar os espaços públicos, como fizeram com o Auditório Araújo Vianna, e como pode botarem totem publicitário da Coca-Cola no Largo Glênio Peres? Agora, povo querendo trabalhar infelizmente é atacado pela própria Prefeitura. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total. (Pausa.) Ausente. O Ver. Dr. Raul Torelly está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Ver. Carlos Todeschini, na presidência dos trabalhos; Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem, quero aproveitar este período para fazer uma saudação toda especial às artesãs, principalmente, com quem tive contato nos muitos anos em que trabalhei na Ilha da Pintada, para deixar um grande abraço a todos os artesãos, às artesãs, e para dizer-lhes que não poderia faltar o nosso apoio.

Ao mesmo tempo, quero trazer uma lembrança a todos: estamos praticamente entrando na Feira do Peixe, um evento que já vem há mais de 230 anos na nossa Capital. A nossa Capital vai para os 240 anos, e a Feira do Peixe, se não

me engano, esta de agora, é a de número 232. Esse é um exemplo de que as coisas podem acontecer, que as coisas boas ficam; lá estarão mais de 70 bancas fazendo aquele trabalho que já conhecemos há tantos e tantos anos. Quero deixar uma saudação especial a todos os artesãos e artesãs, dizendo que estamos juntos, e eu, como médico, só posso desejar saúde para todos nós. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Solicito ao Vice-Presidente, Ver. Haroldo de Souza, que assuma a presidência dos trabalhos para que este Vereador possa se manifestar da tribuna.

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, artesãos que nos acompanham aqui, quero dizer que fico indignado quando se fala em ajudar os pequenos, mas depois vetam as iniciativas que incluem os pequenos.

Houve um Projeto de Lei de Vereadores da base do Governo que queria transformar o largo Glênio Peres num espaço permanente de feira e exposição. Felizmente isso foi vetado, porque a atividade deve ser justamente para promover a integração e auxiliar as feiras do artesanato, e não os negócios permanentes.

Há toda uma dificuldade, e já fui procurado por artesãos, em relação à ocupação daquele espaço interno do Mercado. Ao mesmo tempo, nós vemos a Coca-Cola com todo poder e mandando na Prefeitura, essa é a verdade!

Ali serve para estacionamento; aquele calçamento está um horror! O calçamento do Largo Glênio Peres está totalmente destruído. Por quê? Porque permitem carros pesados, caminhões, carro-forte, etc e tal, que destroem o calçamento. Mas a vítima passa a ser o artesão, que, de vez em quando, tem

que expor o seu produto para comercializar, porque é a sua fonte de renda principal.

Agora, uma singela iniciativa do Ver. Cecchim, que procura resgatar e garantir o mínimo, é vetada pela SMIC e, conseqüentemente, também pelo Executivo. Isso é inaceitável! Por isso estou aqui e quero declarar que, junto com a minha Bancada, manteremos o Projeto e vamos rejeitar este Veto, porque isso é mais uma demonstração do descaso e desrespeito para com os pequenos que o Executivo tem na nossa Cidade. Muito obrigado e vamos à vitória.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Encerrada a discussão. Em votação o PLL nº 068/11, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 068/11, com Veto Total.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, aqui estou em homenagem a São José, cuja imagem ganhei de uma artesã que lhe é devota e que me disse que acordou de manhã tremendo e rezando para São José em respeito e agradecimento aos Vereadores que aqui discursaram e deram apoio ao Projeto. Esse Projeto não é só do Ver. Cecchim, é dos artesãos e de todos os Vereadores que apoiaram. Para que tudo se encaminhe bem e de acordo com os discursos de todos aqui hoje à tarde, eu queria propor encerrar o meu discurso por aqui e queria pedir para que a gente já votasse direto, depois deste encaminhamento, pois preciso sair. Se for possível compreenderem isso... Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu quero concordar com o Vereador proponente. O meu estado gripal é flagrante, eu já há mais tempo teria que estar fora daqui, pois me foi recomendado repouso, e quero votar. Este Projeto é bom, a categoria merece, e hoje é o dia dela, por isso estou aqui, fazendo um esforço para votar agora e já.

O SR. AIRTO FERRONATO: Apenas quero dizer que sou favorável ao Projeto. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação nominal o PLL nº 068/11, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**. Rejeitado o Veto.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em discussão o PLE nº 040/11, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, senhores e senhoras, um Veto a recursos para compra de área para fazer um posto de saúde, Ver.^a Fernanda Melchionna; um Veto a uma Emenda Popular ao Orçamento; portanto, muito possivelmente oriunda de uma luta que acontece há muito tempo por parte dos moradores da região, que, ao irem ao Orçamento Participativo, sentem essa dificuldade e demandam a construção de um posto de saúde. E o Governo pergunta em que área vai ser construído o posto e diz que não tem área. Não sei exatamente o contexto, só que não consigo entender que o Governo use um argumento burocrático – que não coube na verba, que foi tirada muita verba de contingência. Eu vi os argumentos.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: São os argumentos, sim; são argumentos técnicos e burocráticos. A gente sabe que o Orçamento é uma peça de ficção, que há aditamento, que é possível realocar recursos. O Governo simplesmente veta, porque há um movimento que a Câmara consagrou como uma contribuição ao Orçamento da Cidade.

Eu queria entender por que dois pesos e duas medidas. Faltam recursos para comprar uma área para construção de posto de saúde, vai faltar na verba de contingência, mas está aí a Prefeitura comprando uniformes escolares. A Prefeitura vai gastar mais de R\$ 7 milhões fazendo isso, Ver. Dib!

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sou, sou, porque a prioridade para o acesso e qualidade de educação não é a compra de uniformes escolares. Não é, porque, se formos à Lomba do Pinheiro, veremos 600 crianças pegando ônibus na Quinta do Portal. Não está no horizonte do Governo Municipal construir lá, neste ano, uma escola que representa uma luta da comunidade. As crianças andam em ruas sem acostamento, sem asfalto, no meio do barro ou cobertas de pó pelos caminhões e carros que passam na rua empoeirada, o que é insuportável e insalubre. As crianças são socadas dentro de ônibus superlotados para chegarem à escola.

Então, eu discuto os critérios de gasto deste Governo; eu discuto a compra de uniformes, porque, em seis meses, só uma parte desses uniformes vai subsistir: obviamente, os uniformes sujam, estragam; as crianças perdem o uniforme ou o irmão o usa; a família não tem sabão para lavar – são “n” situações. Agora, num bairro como aquele ou, então, na Oscar Pereira, em que a escola tem área, lutou, construiu, está adiantada a dessa população, que fez essa Emenda Popular. E não tem perspectiva de construção dessa escola, Ver.^a Fernanda, que me ouve com atenção, não está prevista neste ano! Esse ano, eu vi no jornal – porque a Secretária Cleci ainda não veio na CECE como veio em outros anos – que só vai construir a Escola Imigrantes. Portanto, reconstruir. Duas demandas seriíssimas, sem falar no Loteamento do Bosque, que a área da escola está ocupada por uma ocupação e que o Governo foi omissivo, não construiu a escola e a comunidade está indignada.

Essas escolhas do Governo precisam ser questionadas por nós, que andamos na comunidade, sabemos dos problemas seriíssimos e vemos que as escolhas são outras, porque, afinal, todo o mundo vai andar uniformizado, e isso dá visibilidade. E esta é a lógica deste Prefeito. Desculpe, Ver. Brasinha, que me olha com atenção, mas são as “laranjas de amostra”, são os fatos para apresentar, as fotos e os fatos. Agora, cuidar ali do cotidiano, da vaga perto da escola, cuidar para o esgoto não entrar em casa, para o lixo não acumular na

ponta da vila, isso eu não vejo. Eu vejo é o fato para a foto! E o uniforme é o fato para a foto.

Eu acho que nós temos que derrubar este Veto, porque uma cidade onde as pessoas viram a noite na fila do posto de saúde precisa muito que um milhão e pouco vá para um posto de saúde. Se querem gastar em uniformes e em várias coisinhas não necessárias... Para posto de saúde, eu sei que é muito necessário.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Luiz Braz está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; Ver.^a Sofia, o conceito que V. Exa. tem de emendar o Orçamento eu tenho certeza absoluta de que é um conceito que V. Exa. disse aqui, mas não acredita ser exatamente isso. V. Exa. disse que o Orçamento é simplesmente uma peça de ficção e que se podem alocar recursos. Olha, as coisas não são assim, tudo está regrado no Orçamento. Existe um regramento que é o do art. 165 e o do art. 166 da nossa Constituição, e ali são dadas bases exatamente para se poder emendar o Orçamento e direcionar as verbas da forma como se tem que direcionar, e não é assim, ao bel prazer, que as pessoas vão colocando emendas, ou retirando emendas, ou colocando dotações, ou não.

Aqui, no caso da Emenda, que coloca recursos de cerca de R\$ 1,3 milhão para qualificar o atendimento à população local, melhorar as condições de trabalho dos funcionários da Unidade de Saúde Conceição, o que faz o Governo, Ver. Ferronato – V. Exa. que é também especialista nessa área –, para poder vetar ou aceitar uma Emenda dessas? Ele busca, primeiramente, saber se pode tirar recurso de onde foi tirado, porque há áreas de que não pode – não é o caso aqui; e, depois, ver o seguinte: se podia, realmente, tirar de onde tirou, se já não é uma área que está muito desmilinguida com relação ao recurso; aí também não pode retirar.

Então, sempre que o Governo veta uma emenda – e é por isso que é bom quando a gente vai colocar uma emenda, principalmente quando ele mexe com recursos, Ver. João Dib, V. Exa., que é o Líder do Governo –, ou quando a gente faz uma emenda aqui que mexe com recursos, sempre é bom fazer em conjunto com o Governo, porque aí nós vamos mexer nas dotações corretas. Como vamos mexer nas dotações corretas, a gente não fica com o perigo do veto. Pode-se discutir com o Governo se realmente é possível ou não tirar os recursos da área de onde se vai tirar. Agora, não é assim, “no vai da valsa”, como tinha anunciado aqui a minha querida amiga Ver.^a Sofia Cavedon, que se poderia mexer nos recursos da forma como bem se entendesse, alocando-os da forma como bem se quisesse. Não é.

Nas razões do Veto, diz o seguinte: “a Reserva de Contingência na Lei Orçamentária de 2012, observado o inc. III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, será de, no mínimo, 1% e, no máximo, 5%”. Aliás, nós é que colocamos essa Emenda, para colocarmos o máximo possível na Reserva de Contingência, que seriam 5%, e deixarmos o mínimo, porque eles tinham colocado apenas o mínimo e não tinham colocado o máximo. A Reserva de Contingência não poderá ser inferior a 1% nem superior a 5%.

Então, quando se mexe na Reserva de Contingência – e é de onde se tirou esse recurso aqui, ou se procura tirar esse recurso –, tem-se, com toda a certeza, que vislumbrar que a Reserva de Contingência não é um saco sem fundo. Nela há limitadores, e temos que respeitar esses limitadores, porque, senão, com toda a certeza, prejudicaremos a execução do Orçamento. Por isso, vamos aceitar o Veto apostado pelo Sr. Prefeito Municipal, porque acreditamos ser um Veto lógico e que respeita a política orçamentária desenvolvida pelo Governo do Município.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, não é bem assim. O Orçamento tem verbas

de contingência, tem limite mínimo acima – acima – do que preconiza a LDO. Sabe por que, Ver. Todeschini? Porque tem duas rubricas de Reserva de Contingência no Orçamento, Ver. Braz. É só olhar o Orçamento, temos duas rubricas de Reserva de Contingência. Duas! Dá R\$ 90 milhões. Então, V. Exa. só leu aquilo que o Prefeito disse.

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Ferronato, seria impossível termos duas rubricas de Reserva de Contingência.

O SR. AIRTO FERRONATO: Tem duas rubricas de Reserva de Contingência.

O Sr. Luiz Braz: Olhe só, ou é um erro técnico, porque V. Exa. sabe que nós temos que ter uma Reserva de Contingência, que tem que estar limitada.

O SR. AIRTO FERRONATO: Não é erro técnico, ela está certa. Tem uma Reserva de Contingência no Orçamento e tem outra Reserva de Contingência em outra área de que não me lembro – faz tanto tempo. Mas tem duas Reservas de Contingência na época em que votei, e eu fiz a conta.

A realidade é a seguinte: quando votamos o meu Projeto, a minha proposta, dois Vereadores se manifestaram – o Ver. Luiz Braz e o Ver. Brasinha. Votaram contra. Eu sei que há exceções. O Ver. Brasinha e o Ver. Luiz Braz argumentaram problemas na Lei: a incapacidade que nós temos de votar. Acontece, Ver. Brasinha, que o banheiro público tem o mesmo argumento. Então, não vamos dizer que estamos aí porque o pequeno não sei o quê, porque depende muito do que diz o Prefeito e de quem é o autor da Emenda. Vão me desculpar, mas a verdade é essa! A verdade é esta: se o autor da Emenda fosse alguém da base do Governo, estaria liberada! Claro que eu respeito aqueles queridíssimos que votam favoravelmente. Agora, aqui o movimento tem sido esse. Quando vetam coisas nossas, da oposição...

(Aparte antirregimental.)

O SR. AIRTO FERRONATO: Nós aprovamos a Emenda de V. Exa. com 19 votos, e nós somos em 22! Agora, o do Ver. Cecchim, nós o aprovamos, com um voto contra! Não me digam que é mérito. Não é mérito! É o que diz e escreve o Prefeito! O que diz e escreve o Prefeito.

Quando foi para aprovar o Projeto do Ver. Cecchim, Ver.^a Sofia, quase todos os Vereadores da base vieram aqui dizer que eram favoráveis! Quando foi para aprovar e assegurar uma emenda da oposição, dois – dois! Dois, e só dois – Vereadores vieram aqui.

Então, não me digam isso! Depende de quem é o iniciador, Ver.^a Fernanda Melchionna. Se o iniciador é da oposição, mesmo eu sendo *light*, há muito pouca possibilidade de vingar nesta Casa. E aí vêm com uma história de dizer que é de competência exclusiva da Dona Dilma exigir um papelucho de um cobrador de contas da pequena empresa! Vão me desculpar! Não, não, não, e não! Tenham paciência! Não, não, não, e não! Eu aceito democraticamente essas derrotas, porque vou apresentar um projeto nesta semana, novamente. Porque não venham com essa chorumela de dizer-me o Sr. Prefeito que, para encaminhar uma exigência de pedir um papelucho de um cobrador – e que está embrulhando do povo, um embrulhador do povo –, não me venham com isso de que é só o Governo Federal que pode fazer isso, que eu não tolero!

E outra coisa: essa Emenda é popular, é para a Saúde e tem duas rubricas de reserva de contingência. Repito, asseguro: há duas rubricas de reserva de contingência. E a LDO disse assim: não pode ultrapassar – isso é no mínimo – 1% a Reserva de Contingência. Não disse que seria Reserva de Contingência geral só, não. Portanto, senhoras e senhores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Nobre Vereador, Haroldo de Souza; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, no Veto

anterior, eu votei com o Prefeito; vou votar de novo com ele, não porque eu seja o seu Líder, mas porque eu olho a Lei Orgânica e jurei que eu a cumpriria. Mas eu tenho que fazer um registro triste. Eu gostaria que os artesãos estivessem ainda aqui e que o Projeto deles fosse votado depois de todos. Eles não sairiam daqui, e os Vereadores ficariam no plenário. Seria muito bom.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou de 1% a 5% a Reserva de Contingência. O Executivo fez uma Reserva de Contingência de R\$ 40.525.000,00. Os nobres e inteligentes Vereadores – não se pode fazer emendas sobre Reserva de Contingência – fizeram emendas em valor superior aos R\$ 40 milhões! O que tinha que fazer o Prefeito? Vetar. Doação de imóvel não é despesa orçamentária, não cabe na proposta orçamentária. De acordo com a Lei Orgânica, o que o Prefeito tinha que fazer? Vetar. Vetou!

As normas gerais financeiras determinam que não se admitem emendas a Projeto de Lei do Orçamento que vise conceder dotação para início de obras cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes. Mas é tão simples! Agora, discursos e mais discursos e preenchimento de tempo... É uma pena que os artesãos não estejam mais aqui esperando para ver votado o Projeto deles, porque talvez este aqui fosse votado com tranquilidade. Provavelmente, no momento de votar, não vai haver quórum. Mas nós estamos acostumados com isso. Estamos, desde o dia 1º deste mês, discutindo seis vetos, ainda faltam dois. Espero que este seja votado rapidamente, que se consiga entrar no próximo; espero que haja quórum, estou com medo que não haja. Saúde e PAZI!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; caros colegas de Bancada – praticamente é só oposição que se encontra aqui: Ver.^a Fernanda, Ver.^a Sofia, Ver. Adeli, Ver. Mauro, Ver. Brasinha, Ver. Thiago, Ver. Beto Moesch, Vereador Líder do Governo –, nós estamos discutindo esta

matéria porque R\$ 90 milhões, na Reserva de Contingência, não são pouco dinheiro.

Essa obra que requer do Município a doação do terreno, a aquisição do terreno – porque a obra será aos encargos do GHC, o Grupo Hospitalar Conceição –, ela não pode ser vetada. Nós sabemos do grave problema da Saúde pública e da gravíssima falta de equipamentos de saúde que temos em nossa Cidade. Vejam só, caros Vereadores, quando temos uma instituição como o GHC que constrói e assume os encargos de um posto de saúde, é aceitável que a Prefeitura não se comprometa em realizar a compra, garantida aqui em lei orçamentária? Não, não é razoável, porque a Saúde pública é, com certeza, o maior clamor popular de nossa Cidade, porque os serviços precisam ser ampliados, precisam da atenção básica, precisam da implantação da Estratégia de Saúde da Família; ainda mais neste caso, em que o Município não terá encargos para o futuro, porque o GHC é do Governo Federal, que está assumindo a conta, não só da construção, mas da manutenção do equipamento. Durante o debate da construção do Orçamento, estive aqui a comunidade, que pediu esse equipamento, porque precisa, mas isso passa pela aquisição do terreno por parte da Prefeitura. O GHC construirá e manterá. Eu quero explicações, sim. Dizer que R\$ 90 milhões é pouco dinheiro, na Reserva de Contingência... Eu penso que não é, Ver. Mauro. Dá para adquirir várias áreas, ainda mais quando uma parceria dessa natureza é completamente benéfica ao Município e à Secretaria Municipal de Saúde. Aliás, todos os postinhos do GHC têm um funcionamento modelar, são os melhores: não faltam médicos, não faltam enfermeiros, não faltam outros profissionais, não faltam agentes. Então, justamente quando se identifica a grande carência de serviço de saúde, por que essa atitude de não incluir, de não garantir a agilização da aquisição do terreno por parte da Prefeitura?

Então, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em especial aqueles que nos assistem, por que é que não se aproveita essa oportunidade? Foi decisão tomada pelo conjunto dos Vereadores, e agora o Governo veta, com base em quê? Com base em que isso estaria extrapolando ou invadindo a rubrica da Reserva de Contingência. Mas é apenas um milhão e pouco em R\$ 90 milhões!

E o que vale a saúde e o que valem as vidas que são salvas, Ver.^a Sofia, por um equipamento de saúde como esse!

Então, vou concluir antes de encerrar o meu tempo, dizendo: vamos derrubar o Veto do Executivo e vamos aprovar este Projeto, porque é bom para a Saúde da Cidade! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu ouvia atentamente e, no mérito... Ver.^a Sofia, gostaria que V. Exa. me ouvisse um pouquinho.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Que bom, porque V. Exa. atacou naquilo que... Como gestora pública que foi durante muito tempo, sabe que em Reserva de Contingência não se pode mexer. Vossa Excelência sabe disso. O Ver. Todeschini disse: “Mas é um milhão e meio”. Não! É muito mais na questão conceitual, não na questão de valores.

Mas eu também gostaria de fazer alguns exercícios que eu acho importantes, relativos à questão do Hospital Conceição. Há uma área, no Hospital Conceição, em que há um posto de saúde, junto à Praça México, e foi autorizado o aumento do terreno para eles construírem já faz dois anos. Era uma discussão da comunidade, parecia que era a Prefeitura que não queria, só que, quando ganharam a área, parece que a discussão terminou, se esqueceram de cobrar do Governo Federal, que é o Hospital Conceição. Essas coisas têm que ser ditas e esses momentos proporcionam isso. Por que não fizeram? Há espaço, dizem que tem recurso, e eu perguntaria aqui - e gostaria que V. Exa. nos ajudasse, porque tem uma certa influência no Governo Federal - por que não sai a conclusão do posto de saúde. Ver. João Antonio Dib, V.

Exa., que tem tanto tempo de Comissão de Finanças e Orçamento, certamente vai nos subsidiar com seu aparte.

O Sr. João Antonio Dib: Nobre Ver. Garcia, eu me admiro de que o PT fale em Grupo Hospitalar Conceição, até porque, nos últimos dias do Governo, o mestre João Verle passou a maior parte do dinheiro do SUS para a média e alta complexidade, para o Hospital Conceição e para o Hospital de Clínicas. Por outro lado, depois do Lula, R\$ 500 milhões são devidos à Prefeitura de Porto Alegre para a Saúde, inclusive pelo Governo Dilma.

O SR. PROFESSOR GARCIA: É por isso que se diz assim: “um milhão e pouco”, não é, Ver. Dib? Mas eu acho que é interessante reavivarmos a memória. Eu me lembro muito bem de que isso foi no final de 2004, inclusive o Fogaça já tinha ganhado a eleição, e aí mudaram. Quer dizer, quando o Fogaça assumiu, o maior percentual para Saúde de Porto Alegre foi diretamente, não passava mais pelo Município de Porto Alegre. Então, temos que reavivar a memória. Mas eu sei que a Ver.^a Sofia entende. Eu acho que, no mérito, nós não temos nenhuma dúvida. Mas, primeiro, partiu da premissa errada, ou seja, retirou dinheiro de onde não poderia retirar. Quanto ao mérito, eu concordo. Agora, dizer que é só um milhão e meio... Um milhão e meio é dinheiro!

Mas eu gostaria que V. Exa. nos ajudasse a expandir o posto de saúde lá junto à Praça México. A área já está liberada, dizem que tem recurso, e eu gostaria de saber por que não sai a tal obra. Estamos pedindo e pedindo para o Conceição, e, quando o Conceição tem, não se faz! Alguma coisa está acontecendo de errado. Eu não tenho essa informação, mas V. Exa., a sua corrente, que tem uma força muito grande dentro do Partido, certamente vai nos trazer subsídios. E eu vou ficar atento ouvindo a sua exposição, dizendo que vai sair esse posto lá na Praça México, no bairro Rubem Berta, para aquela comunidade que brigou durante muito tempo, mas, quando isso foi dado, parece que ela calou, e eu vou instigar a comunidade de novo, porque, nesta altura, a gente não tem que ter preferência política, nós temos que trabalhar pelo bem comum do povo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Haroldo de Souza, que preside esta Sessão; demais Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste pelo Canal 16, mesmo não sendo pertinente a matéria, quero responder ao Professor Garcia a respeito do posto de saúde da Praça México, Ver. Todeschini. Ele diz que o Governo doou a área para o Conceição e que não foi feita a construção. Isso não é bem assim, Ver. Garcia. A planta está sendo executada, o projeto vai ser executado pelo Hospital Conceição, e isso está sendo encaminhado. Então, eles ainda estão fazendo a planta. Eu liguei para o pessoal do posto agora, e eles me informaram que a planta deve ficar pronta nos próximos dias, podendo iniciar a construção do posto de saúde próximo da Praça México, ao lado da Escola Baltazar de Oliveira Garcia.

O Sr. Professor Garcia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Fico bastante satisfeito, porque faz dois anos - faz dois anos, estou lhe dizendo com toda convicção. Mas eu acho que isso é importante, e essa é a nossa posição. Quando vocês nos cutucam, nós temos que cutucar, porque sempre vem uma resposta. Eu fico satisfeito, Vereador.

O SR. MAURO PINHEIRO: Talvez esteja demorando dois anos porque, mesmo sendo um posto de saúde, Ver. Todeschini, isso tem que tramitar na Prefeitura, e tudo é lento na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Talvez tenha demorado muito para liberar nas Secretarias deste Município, tudo é difícil, mas vai sair o posto de saúde. Ele está caminhando, passando pelas Secretarias, mas vai dar tudo certo.

O Sr. João Pancinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro Pinheiro, eu não compreendi muito bem. V. Exa. disse que o Projeto está sendo concluído. Então, não entrou na Prefeitura ainda?

O SR. MAURO PINHEIRO: É, mas depende da Prefeitura o Projeto, lá da parte da SMAM; é tudo demorado, Ver. Pancinha.

Mas vamos falar do Projeto que estamos aqui para votar. É um Projeto da Lei Orçamentária, Emenda nº 1, Ver. João Antonio Dib, uma emenda popular. Lembro muito bem que, quando nós estivemos aqui para aprovar, discutimos com muitos Vereadores da base, que acabaram votando a favor. Conversei muito com V. Exa., Ver. João Antonio Dib, e acabamos aprovando uma emenda popular. O que é uma emenda popular? É uma emenda que não vem dos Vereadores, Ver. José Freitas, mas sim da população, que a fez ao Orçamento, no valor de R\$ 1,3 milhão, para a aquisição de um terreno. Para que esse terreno? Para construir um posto de saúde que hoje funciona numa casa locada, que atende a três comunidades: Cristo Redentor, Vila Jardim e Passo D'Areia.

Hoje, são 26 mil pessoas que estão cadastradas nesse posto de saúde, e a contrapartida do Município é somente esse R\$ 1,3 milhão para a compra de um terreno, e não precisa nem ser em dinheiro, poderia ser um terreno. A Prefeitura, que já passou, durante esta legislatura, vários projetos de lei para vender terrenos, poderia doar um desses terrenos para a construção de um posto de saúde, Ver. João Antonio Dib, mas não o faz, mostrando a preocupação deste Governo com a Saúde do Município. São 26 mil pessoas cadastradas, três regiões importantes da Cidade, que estão pedindo para a Prefeitura simplesmente um terreno, Ver.^a Fernanda, e a Prefeitura manda para cá o Veto a uma Emenda Popular que beneficiaria muitas pessoas nesses três bairros.

População do Cristo Redentor, Passo D'Areia e Jardim Ipiranga com problemas de Saúde que me escutam, fiquem sabendo que o Prefeito Municipal de Porto Alegre está vetando uma Emenda de vocês, do Conselho de Saúde local, junto com a Associação dos Moradores, que era para comprar um terreno onde o Hospital Conceição construiria um posto de saúde, e depois ainda vai fazer a gestão. Quer dizer, para o Município, é muito fácil: veta. Não tem dinheiro para a construção de um posto de saúde que atenderia 26 mil pessoas cadastradas, Ver. João Antonio Dib, uma região que cresce muito; com certeza, já deve ter

mais de 26 mil pessoas. Era um fato simples, apenas a compra de um terreno, e nós já vimos aqui, em Projetos de Lei, vários terrenos oferecidos à venda, não é, Ver. Brasinha? Poderiam ter doado um terreno desses ou esses recursos que entraram para, quem sabe, serem destinados aos postos de saúde. Sabemos do caos da Saúde pública de Porto Alegre, e a Prefeitura Municipal não quer fazer um esforço mínimo para compra ou doação de um terreno para atender os bairros Cristo Redentor, Passo D'Areia e Vila Ipiranga. Portanto, espero que os Vereadores sejam a favor da Saúde do Município e derrubem o Veto, para que a população seja atendida. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial. (Pausa.) Ausente. O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho aqui, Ver. Dib, para dizer como o Ver. Mauro Pinheiro e a Ver.^a Sofia Cavedon são generosos, são pessoas muito bondosas. Se existe alguma coisa de que eu lembre, Ver.^a Sofia, é do Governo de V. Exa., em que tudo era muito difícil – com exceção do Secretário do DMAE. Este trabalhava muito. Uma exceção. Trago como exemplo o caso de um dono de um posto de gasolina, cujo proprietário o Ver. Mauro conhece, que, em 1988, andava atrás de um habite-se. Ele foi enrolado durante 12 anos, até que desistiu. As coisas não andavam! Era tudo muito lento! E também conheço um Juiz ou um Promotor que desistiu de um habite-se devido à demora. Naquela época, quando se encaminhava um projeto, era quase impossível, não é, Ver. Ferronato? Vossa Excelência sabe disso, está aqui há muitos anos, foi Presidente da Casa e sabe o quanto era difícil. Mas, aí, veio o Prefeito Fogaça, que fez Porto Alegre mudar, e, em seis meses, foi dado o habite-se, Ver. Canal. Aliás, eu quero aproveitar a presença do Ver. Ferronato para dizer que eu iria votar favoravelmente ao seu Projeto, pois sou favorável ao micro e pequeno

empresário e contra os bancos, mas, como eu não estava presente, acabei não votando, e lhe peço desculpas por isso.

Mas quero voltar à Ver.^a Sofia Cavedon. A senhora morde para todos os lados, atira para todos os lados. Eu fiquei impressionado com o que a Ver.^a Sofia fez. Ela atirou para cá, para lá, para cá. Até o bairro Jardim do Bosque entrou na mira da Ver.^a Sofia. No dia em que acontecer um acidente e a Sofia morder a língua, vai ser brabo, porque ela atira para todos os lados. Olha que “o Velhinho” não falha. Ele olha e fiscaliza também, Vereadora. Quando é demais e se atira para todos os lados, Deus também corrige a gente, pode ter certeza. (Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza, solicito que o Ver. Alceu Brasinha retire as palavras ofensivas à minha pessoa, porque, quando ele disse que eu morde, ele está fazendo uma comparação aos animais que não é respeitosa – com todo respeito que tenho aos animais, os quais, aliás, a gente tem que tratar muito bem. Eu acho que ele deveria retirar essas expressões; se não retirar, eu considero que não devo levar a sério suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Feito o registro. A responsabilidade é do autor do pronunciamento. Ver. Alceu Brasinha, por gentileza.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza, eu não quis ofender a Ver.^a Sofia, eu só falei que ela poderia ter problema se mordesse a língua ao falar muito. Mas quero pedir desculpas se a ofendi, porque não tive a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Aceitas as desculpas, está tudo bem, tudo tranquilo, não é?

O SR. CARLOS TODESCHINI (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Pretendíamos, hoje, evoluir na apreciação do Veto, fazendo fluir a participação dos Vereadores, para que o trabalho pudesse ser mais rápido na quarta-feira, mas, já que foi pedida verificação de quórum pelo Ver. Todeschini, solicito abertura do painel eletrônico. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezenove Vereadores presentes. Há quórum.

O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Exmo. Presidente, eu acho que efetivamente nós vamos ter que discutir, na reunião de Mesa e Lideranças, uma questão. O Vereador que solicita a presença dos colegas, solicita a verificação de quórum, automaticamente deve ter a sua presença registrada. Acho que nós temos que discutir profundamente isso. Respeitando todas as manobras, nós temos que discutir isto: Vereador que solicita verificação de presença tem que estar presente automaticamente.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte. Quero aproveitar para dizer que, quando da votação de um Projeto de minha autoria, que foi arquivado, o rito seguiu nesse sentido. Não há justificativa para alguém pedir verificação de quórum e não marcar presença.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Eu só queria fazer algumas colocações e deixar bem claras algumas situações em relação ao posto de saúde Conceição. Ele fica na área descrita do Grupo Hospitalar Conceição, mas, infelizmente, o Município tem tido muitas dificuldades para dialogar com o Conceição, inclusive porque o Hospital Conceição não cede as suas unidades próprias de Saúde.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, não só o Município tem tido dificuldade para dialogar, mas inclusive os trabalhadores; porque o Grupo Hospitalar Conceição insiste

em perseguir a associação dos servidores, aqueles que lutam pelos direitos dos trabalhadores e pelo zelo ao patrimônio público. É lamentável a postura da Direção.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Perfeito, é exatamente isso. Agora vai onerar o Município para que ele procure uma área, para que ele invista numa área para servir isso como UPA Hospitalar Conceição, que já tinha que dar essa contrapartida. Eu não entendo mais nada!

Quanto à outra questão, com relação ao atendimento, Ver. Mauro Pinheiro, o senhor pode ficar tranquilo, que a UPA vai ser inaugurada ainda este ano naquela região e, certamente, vai dar um excelente atendimento àquela região. É uma UPA capaz de atender um eixo de 400 mil pessoas. O Ver. Dr. Raul esteve lá comigo, junto com a Secretaria Municipal da Saúde; o Presidente da Câmara, o Ver. Mauro Zacher, esteve junto, e nós estamos vendo que esse processo tem evoluído de forma satisfatória. Agora, com relação a essa Unidade de Saúde, é fundamental...

O Sr. Mauro Pinheiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Vereador. Só para lembrar à população que está em casa escutando: o terreno que a Prefeitura vai ceder não é para o Hospital Conceição; é para a população, Vereador. E, quanto à UPA, aí o senhor não fala que os recursos vêm do Hospital Conceição, do Governo Federal. Não é o Município que está construindo, e está atrasada a obra porque o Município não está fazendo a sua parte de comprar os equipamentos. Muito obrigado, Vereador.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Obrigado, Vereador. Mas, se o senhor for olhar efetivamente, estão dentro o Município, o Estado e a União. Todos participam do processo da UPA. A UPA não é federal; a UPA é gerida por Porto Alegre porque Porto Alegre tem gestão plena. Então, é a Secretaria Municipal da Saúde que toca a obra. Essa é a devida correção que tem que ser feita.

Agora, volto a dizer: é fundamental que possamos escutar as instâncias participativas desta “Capital da democracia participativa”. Por isso, o posto não

tem que estar somente nesse processo; ele tem que ser demandado lá na região, pelo OP, tem que ser defendido pelo Conselho Local de Saúde, pelo Conselho Distrital de Saúde e defendido pelo Conselho Municipal de Saúde. Eu digo isso com a propriedade da região sul da Cidade, que fez isso com duas unidades que estão sendo entregues agora: o Núcleo Esperança e o posto do Chapéu do Sol – é só ir lá e ver. E nós precisamos, no tema Saúde, respeitar a democracia participativa, e não querer pular etapas, e não querer fazer *bypass* com esse tipo de situação, respeitando assim não só a questão local como a população de Porto Alegre como um todo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 040/11, com Veto Parcial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, exatamente por isso, Ver. Dr. Thiago, eu defendo esta Emenda, porque o Conselho local de Saúde é que encaminhou, junto com uma série de entidades do local. Concordo com as críticas ao Grupo Hospitalar Conceição, porque o Governo Federal fala muito que ajuda os Municípios, mas remendou a Emenda Constitucional nº 29 de modo a mandar menos recursos para a Saúde pública. O Governo do PT.

Agora, nós também temos que ser coerentes quando tratamos da Saúde do Município de Porto Alegre. Aqui está a planta (Mostra a planta.) da comunidade atendida por essa sede, alugada atualmente pela Unidade Básica de Saúde, que atende 26 mil pessoas. São 26 mil pessoas agregando bairros como o Cristo Redentor, Passo da Areia, Jardim Ipiranga. O Conselho Local de Saúde, junto com várias entidades, assinou esta Emenda.

Então, eu queria debater com a Câmara, primeiro, a prerrogativa das Emendas Populares. Temos, na discussão do Orçamento, a possibilidade de as entidades fazerem emendas ao Orçamento. A Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga, o Grupo Viva a Vida, a Ascopib e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica assinaram esta Emenda que estamos discutindo e que foi vetada pelo Prefeito Fortunati.

Ora, por que a prerrogativa de a população poder discutir o Orçamento da Cidade de Porto Alegre, se a Prefeitura veta? Como pode, num orçamento de R\$ 4 bilhões – que é um orçamento recorde da Cidade de Porto Alegre – que não tenhamos R\$ 1,3 milhão, para que o Município dê a contrapartida? Porque, em qualquer obra que envolva recursos municipais, estaduais e federais, o Município entra com alguma coisa, e as entidades da região estão propondo que o Município entre com o terreno. Logo o Município de Porto Alegre, que trocou um terreno em área nobre por terreno um terreno mixuruca, como aquele terreno que foi trocado para a Associação Rio-grandense do Aço, que valia R\$ 500 mil. O terreno oferecido em troca – terreno público doado, permutado com a Associação Rio-grandense do Aço – valendo R\$ 500 mil, e o terreno que a Prefeitura recebeu em troca, R\$ 50 mil! Mas como pode?! Para algumas coisas, tem terreno público para trocar com interesses privados, e, quando nós estamos falando de interesse público – que é a construção de uma Unidade Básica de Saúde para desafogar o atendimento de 26 mil pessoas –, a Prefeitura simplesmente dizer que atinge a reserva de contingência?

O Ver. Airto Ferronato falava que existem duas reservas de contingência: uma, em relação ao serviço previdenciário, Ver. João Antonio Dib, reserva de previdência de regime previdenciário; outra, reserva de contingência. Mas nós sabemos, aqui no Parlamento, que, quando tem problema em algum Projeto – e o Município, a Prefeitura tem interesse nesse Projeto –, faz-se uma Subemenda corrigindo de onde vão sair os valores. Por que a Prefeitura não fez?! Por que o Governo Municipal não fez uma Emenda, através da sua base aqui na Câmara Municipal, corrigindo de onde sairia o valor, tirando da verba publicitária, tirando de uma série de medidas desnecessárias que poderiam estar indo para a Saúde Pública, para a valorização dessa região da nossa Cidade?

Então eu acho que, se tem essa prerrogativa na discussão do Orçamento, é terrível que a Câmara de Vereadores aceite o Veto do Prefeito Municipal, assim como eu aceito o argumento do Orçamento Participativo. Mas, gente, o Orçamento Participativo discute 6% do Orçamento. O Orçamento Participativo coloca o mesmo bairro, comunidade lutando contra a comunidade para asfaltar primeiro o seu bairro, para trazer Saúde para um outro bairro, porque,

infelizmente, a população não tem instrumento para discutir o Orçamento de conjunto, para discutir o que é mais importante: criar CC para a Secretaria do Trabalho ou investir mais na Saúde pública municipal, porque a população não tem mecanismos democráticos para conseguir colocar, inclusive no Orçamento, uma Emenda sua, porque o Prefeito Fortunati veta.

Então, eu acho que nós devemos derrubar esse Veto. Eu espero que os Vereadores mantenham a coerência que tiveram durante a votação do Orçamento – e nós aprovamos por ampla maioria essa Emenda – e nós consigamos derrubar o Veto e manter uma das únicas... foram duas Emendas populares, essa é uma das únicas... (Som cortado automaticamente, por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Com as presenças dos Vereadores Nilo Santos, DJ Cassiá, Alceu Brasinha, Fernanda Melchionna, Tarciso Flecha Negra, Bernardino Vendruscolo, Dr. Thiago Duarte, Dr. Raul Torelly, João Pancinha, João Antonio Dib, Toni Proença, José Freitas e Waldir Canal, não temos quórum para a Ordem do Dia.

(18h51min) Está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste.

Não havendo quórum, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h51min.)